

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DANIELLE RECO DE NÊS

**A CONTABILIDADE E O CRÉDITO RURAL: UMA ABORDAGEM CONTÁBIL
SOBRE O PRODUTOR RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRONAF NO
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC**

CRICIÚMA

2016

DANIELLE RECO DE NÊS

**A CONTABILIDADE E O CRÉDITO RURAL: UMA ABORDAGEM CONTÁBIL
SOBRE O PRODUTOR RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRONAF NO
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador (a): Prof. Esp. Fernando Marcos Garcia

CRICIÚMA

2016

DANIELLE RECO DE NÊS

**A CONTABILIDADE E O CRÉDITO RURAL: UMA ABORDAGEM CONTÁBIL
SOBRE O PRODUTOR RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRONAF NO
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Rural e Financeira.

Criciúma, 01 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fernando Marcos Garcia - UNESC - Orientador

Prof. Dourival Giassi – Mestre – UNESC - Examinador

Aos meus pais, Volnei e Marilete por não me deixarem desistir em nenhum momento.

Amo muito vocês!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus e a Nossa Senhora de Fátima, pelo dom da vida, por não me deixarem desanimar em nenhum momento, sempre me dando coragem para seguir em frente e iluminando meu caminho.

Ao meu pai Volnei De Nês, pelo grande exemplo de força e superação, que me ensinou a não desistir de nada e que tudo se torna possível quando se tem vontade de vencer e humildade no coração. A minha mãe Marilete Reco De Nês pela pessoa maravilhosa e guerreira, que sempre me conforta e me encoraja, meu exemplo de garra e determinação.

A minha irmã Natália, que apesar de todas as “brigas” sempre esteve ao meu lado me dando forças para que eu não desanimasse, agradeço o carinho e compreensão comigo.

Ao meu orientador, professor Fernando Marcos Garcia, pela compressão e paciência, sempre repassando seus ensinamentos com calma e de forma clara.

Aos professores, Silvio Parodi Oliveira Camilo e Cleyton de Oliveira Ritta comentaristas da I Jornada Internacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas V Seminário de Ciências Sociais Aplicadas, no qual este trabalho foi apresentado. Os comentários foram construtivos e ajudaram muito para a finalização deste estudo.

Agradeço também, cordialmente, a todos os professores do curso, pela competência e pelos ensinamentos repassados durante estes nove semestres, os quais contribuíram muito para minha formação.

Às minhas amigadas que conservo fora da faculdade, vocês também são peças fundamentais na minha vida, e agradeço por tê-los perto de mim. Amigadas que o tempo e a distância não apagam.

Aos amigos e amigas que conheci na universidade, que também contribuíram muito para minha formação, pelos ensinamentos, pelas risadas, pelas festas e por todos os momentos que passamos juntos, serão eternos para mim, e sempre me lembrarei de todos.

E a todos que, de certa forma, me acompanharam e incentivaram-me por toda essa jornada de estudos: amigos, familiares, colegas de trabalho, que sempre acreditaram em mim.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos!

“Lembre-se que as pessoas podem tirar tudo de você, menos o seu conhecimento.”

Albert Einstein

RESUMO

DE NÊS, Danielle Reco. **A CONTABILIDADE E O CRÉDITO RURAL: UMA ABORDAGEM CONTÁBIL SOBRE O PRODUTOR RURAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PRONAF NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.** 2016, 69 p. Orientador: Fernando Marcos Garcia. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

Atualmente a agricultura familiar é umas das principais formas de produção de alimentos e contribui fortemente para o desenvolvimento econômico do país. A contabilidade aplicada à atividade rural deve estar presente neste meio, produzindo informações para o processo de tomada de decisão. O município estudado é basicamente composto por pequenos e médios agricultores, que praticam a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é umas das principais linhas de crédito que beneficiam tais agricultores, sendo que em 2015 completou 20 anos e, neste período, aplicou aproximadamente R\$ 160 bilhões em mais de 26 milhões de contratos, nas diferentes modalidades, para a agricultura familiar no Brasil. Neste ponto de vista, o objetivo do estudo é analisar a utilização da contabilidade por parte dos produtores rurais, que buscam recursos para novos investimentos em instituições financeiras, verificando exclusivamente a sua participação no PRONAF e o nível de satisfação dos agricultores contemplados com este incentivo no município de Jacinto Machado/SC. No decorrer do estudo, apresentam-se as políticas públicas voltadas ao crédito rural no Brasil, assuntos inerentes à contabilidade neste setor, a importância do agronegócio e da agricultura também para o desenvolvimento do país. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram questionários, com perguntas fechadas, que foram entregues pessoalmente e online. Com os resultados, constatou-se que a contabilidade é pouco utilizada pelos produtores rurais entrevistados, os quais a utilizam somente para fins tributários, como para a declaração do imposto de renda, justificando não ser necessária, tendo em vista, que as propriedades são pequenas e a sua utilização se tornaria um custo a mais, sem retorno considerável. Quanto ao PRONAF, verificou-se que a maioria dos agricultores são de pequeno porte e familiares, e a evidenciam como necessária e muito importante para manter a produção e se adequar aos novos investimentos na agricultura.

Palavras-chave: Contabilidade. Agricultura. Crédito rural. PRONAF.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação da finalidade custeio.....	28
Quadro 2 - As 16 linhas de financiamento do PRONAF	35
Quadro 3 - Metodologias utilizadas para a consecução da pesquisa.....	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da Estrutura do Trabalho	16
Figura 2 - Objetivos da contabilidade rural	20
Figura 3 - Instituições que compõem o SNCR	25
Figura 4 - Objetivos do Crédito Rural	26
Figura 5 - Modalidades do Crédito Rural no Brasil.....	27
Figura 6 - Classificação dos produtores rurais por RBA.....	31
Figura 7 - Evolução dos recursos disponibilizados no PRONAF (R\$ Bilhões)	34
Figura 8 - População residente por situação, Jacinto Machado	41
Figura 9 - Valores do PRONAF disponibilizados em Jacinto Machado.....	42
Figura 10 - Quanto a posse da terra	43
Figura 11 - Quanto à classificação da propriedade	44
Figura 12 - Condição legal do produtor	45
Figura 13 - Principais explorações (culturas e animais)	46
Figura 14 - Quantidade de hectares utilizada para a produção.....	47
Figura 15 - Quantidade de hectares utilizada para a produção.....	47
Figura 16 - Local onde é armazenada a produção.....	48
Figura 17 - Faturamento do último ano-safra dos entrevistados	49
Figura 18 - Definição da Contabilidade Rural.....	50
Figura 19 - Se possui contador e seu gasto mensal	50
Figura 20 - Agricultores que solicitam auxílio de contador para DIR.....	51
Figura 21 - Agricultores que possuem financiamentos rurais e valores contatados..	52
Figura 22 - Instituições financeiras com as quais trabalham	52
Figura 23 - Quanto à utilização do PRONAF.....	53
Figura 24 - Finalidade dos recursos contratados pelo PRONAF	54
Figura 25 - Utilização dos valores para custeio e investimento.....	55
Figura 26 - Dificuldades na liberação do PRONAF	56
Figura 27 - Quanto à produção após a utilização do PRONAF	57
Figura 28 - Manteria a produção sem o crédito do PRONAF	57
Figura 29 - Aspectos em que o PRONAF deve melhorar.....	58
Figura 30 - Importância da utilização da Contabilidade Rural na gestão do agronegócio.....	59

Figura 31 - Importância da contabilidade para auxiliar na contratação de empréstimos.....	60
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
DR	Duplicata Rural
FGPP	Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MCR	Manual de Crédito Rural
NPR	Nota Promissória Rural
PMC	Prefeitura Municipal de Criciúma
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RBA	Receita Bruta Anual
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 DEFINIÇÃO DE ATIVIDADE RURAL	18
2.2 CONTABILIDADE RURAL	19
2.3 AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO NO BRASIL.....	21
2.4 CRÉDITO RURAL NO BRASIL	23
2.4.1 O Sistema de crédito rural no Brasil (SNCR)	24
2.4.2 Objetivos do crédito rural	25
2.4.3 Quanto às finalidades do crédito rural	26
2.4.3.1 <i>Créditos para Custeio</i>	27
2.4.3.2 <i>Créditos para Investimento</i>	28
2.4.3.3 <i>Créditos para Comercialização</i>	29
2.4.4 Beneficiários do Crédito	30
2.5 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	31
2.6 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	32
2.6.1 Linhas de crédito destinadas ao PRONAF	34
3 METODOLOGIA	38
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	38
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	40
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1 MUNICÍPIO ESTUDADO – JACINTO MACHADO/SC	41
4.2 DADOS PRONAF JACINTO MACHADO/SC	42
4.3 COLETA DE DADOS ATRAVES DO QUESTIONÁRIO	43
4.3.1 Quanto à posse e uso da terra	43
4.3.2 Quanto à condição legal do produtor	44

4.3.3 Quanto à condição legal do produtor.....	44
4.3.4 Quanto às principais explorações (Culturas e Animais)	45
4.3.5 Quanto à quantidade de hectares produzida	46
4.3.6 Quanto à quantidade de sacas de arroz.....	47
4.3.7 Quanto ao armazenamento da produção	48
4.3.8 Quanto ao faturamento do ultimo ano-safra.....	49
4.3.9 Quanto à definição da contabilidade rural	49
4.3.10 Quanto à utilização dos serviços contábeis mensalmente	50
4.3.11 Quanto ao auxílio do contador para elaboração da DIR	51
4.3.12 Quanto à utilização de financiamentos rurais	51
4.3.13 Quanto às instituições com as quais trabalham	52
4.3.14 Quanto à utilização do PRONAF	53
4.3.15 Quanto à finalidade do PRONAF.....	54
4.3.16 Quanto as dificuldade na liberação do PRONAF.....	55
4.3.17 Quanto à produção após a utilização do PRONAF.....	56
4.3.18 Quanto a manter a produção sem o PRONAF	57
4.3.19 Em quais aspectos o PRONAF deve melhorar	58
4.3.20 Quanto à importância da contabilidade na gestão do agronegócio	59
4.3.21 Quanto à importância da contabilidade para auxiliar na contratação de empréstimos.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE.....	66
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	67

1 INTRODUÇÃO

A atividade rural teve sua origem no início das civilizações e com o passar dos anos vem crescendo de forma constante, se destacando muito no ramo alimentício, pois é uma das principais fontes de sobrevivência do ser humano.

No cenário atual, muito se fala sobre o sistema de crédito rural praticado no Brasil, tanto sobre o sistema de distribuição dos recursos de financiamentos, quanto sobre as políticas públicas adotadas. Pois, cada vez mais, o produtor rural necessita de recursos para custear gastos e conseguir se adaptar aos novos avanços tecnológicos que tendem a facilitar todo o processo de produção.

Para poder gerenciar e controlar essas atividades, a contabilidade rural destaca-se como instrumento de apoio a tomada de decisão no que pertencer às operações relacionadas ao meio rural. Neste contexto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um instrumento importante para auxiliar no processo de viabilização no cenário de atualizações e inovações da agricultura familiar.

Sendo assim, inicialmente esta pesquisa abordará o tema e problema, juntamente com os objetivos gerais e específicos. Em seguida, evidencia-se a justificativa do trabalho.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Ao longo do desenvolvimento da produção no meio rural, observaram-se várias alterações como novas práticas agrícolas, relações de trabalho e o avanço tecnológico da produção devido à crescente inclusão de processos industriais no campo.

A agricultura brasileira passou por um grande processo de modernização, e o produtor rural precisou se viabilizar diante deste cenário, principalmente quando houve escassez de recursos financeiros. Com isso, têm-se a necessidade de se reorganizar e desenvolver uma nova agricultura familiar que possa atender as necessidades deste grupo.

Porém é importante ressaltar, que o setor agropecuário conta com algumas peculiaridades que podem dificultar o acesso ao financiamento. Já que o setor rural é afetado diretamente pelas condições climáticas e pelo caráter natural ou incerto do mercado. Há dificuldades em prever o tempo e, até mesmo, as possíveis pestes que podem atacar a lavoura nos longos períodos entre o processo produtivo e a comercialização, e tudo isso acaba agravando o problema com relação à incerteza dos preços praticados.

Percebe-se que há muitas dificuldades por parte dos pequenos e médios produtores em incrementar, ou até mesmo, iniciar sua pequena produção devido à forte influência do mercado, que o torna bastante vulnerável, diante da constante variação dos preços no momento da comercialização de seus respectivos produtos.

A contabilidade rural entra, neste contexto, como auxílio na tomada de decisões dos pequenos produtores rurais, como uma ferramenta capaz de planejar e controlar as receitas e despesas e, por fim, poder comparar os resultados.

A mão-de-obra deste setor acabou diminuindo com os novos avanços tecnológicos, e a agricultura está cada vez mais dependente dos bens e serviços provenientes da indústria. Com isso, há uma necessidade de que novos recursos financeiros sejam disponibilizados ao produtor, para que a possibilidade de investimento se torne maior, haja vista que, a agricultura familiar é uma das principais formas de produção de alimentos e contribui fortemente para o desenvolvimento econômico do país.

Como a maioria são pequenos e médios produtores rurais, o trabalho terá o foco no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no sentido de identificar as principais características, conceitos, estrutura, requisitos e considerações sobre o programa na visão contábil, a fim de verificar o papel do profissional contábil frente à sociedade e os produtores.

Diante do exposto têm-se o seguinte questionamento: Qual o perfil e a participação dos produtores rurais, contemplados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município de Jacinto Machado/SC?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do presente trabalho consiste em verificar, por meio de uma abordagem contábil, o perfil dos produtores rurais e sua participação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município de Jacinto Machado/SC.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral desta pesquisa, constituem-se os seguintes objetivos específicos:

- Abordar alguns conceitos da agricultura e a importância da contabilidade neste meio;
- Comentar os aspectos da legislação pertinente ao crédito rural no Brasil e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e suas principais linhas de crédito;
- Analisar os agricultores de Jacinto Machado/SC, o profissional contábil neste meio e, a importância desta linha de crédito e suas satisfações.

1.3 JUSTIFICATIVA

A elaboração deste trabalho se justifica devido à relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico do país, pois absorve mão-de-obra e gera rendas. Com isso, é necessário que haja incentivos por parte do governo para que o pequeno produtor permaneça no campo, diversifique, cada vez mais, a sua produção e tenha acesso aos programas oferecidos pelo governo federal.

O estudo se justifica devido à grande necessidade em dar maior importância e incentivo à agricultura familiar, principalmente em municípios de base totalmente agrícola, assim como Jacinto Machado/SC.

Neste cenário, o crédito configura-se como uma das principais formas de política econômica e rural, que surge para auxiliar no processo produtivo e de investimentos neste meio, é instrumento fundamental para a agricultura no País.

O crédito tem enorme apego em relação à economia rural e a necessidade do amparo ao produtor, para possibilitar um melhor investimento na lavoura, aos pequenos e médios produtores.

A disponibilidade destes recursos proporciona a circulação de alimentos, movimentando e gerando tributos para o Estado, elevando investimentos e gerando empregos. Para o meio rural, possibilita o investimento em insumos básicos da atividade, a incorporação de novas tecnologias, a regularização do seu fluxo de consumo pessoal frente à sazonalidade da produção, entre outros aspectos.

Devido à agricultura ser umas das atividades predominantes na região de Santa Catarina e, para muitos agricultores, o único meio econômico de sustento de suas famílias, o presente estudo busca mostrar a importância da assistência contábil na área agrícola que, por sua vez, o desconhecimento dessas informações faz com que os agricultores mantenham seus controles baseados em suas próprias experiências.

Este trabalho se justifica através da grande necessidade de aprofundar os conhecimentos da realidade da agricultura nacional, e o uso de programa de incentivo e as políticas públicas adotadas. Para conhecer qual a opinião do produtor rural, e os benefícios a ele proporcionados. Pois, este setor também necessita de auxílio financeiro para alavancar suas produções, e em consequência, aumentar a produtividade e competitividade no mercado.

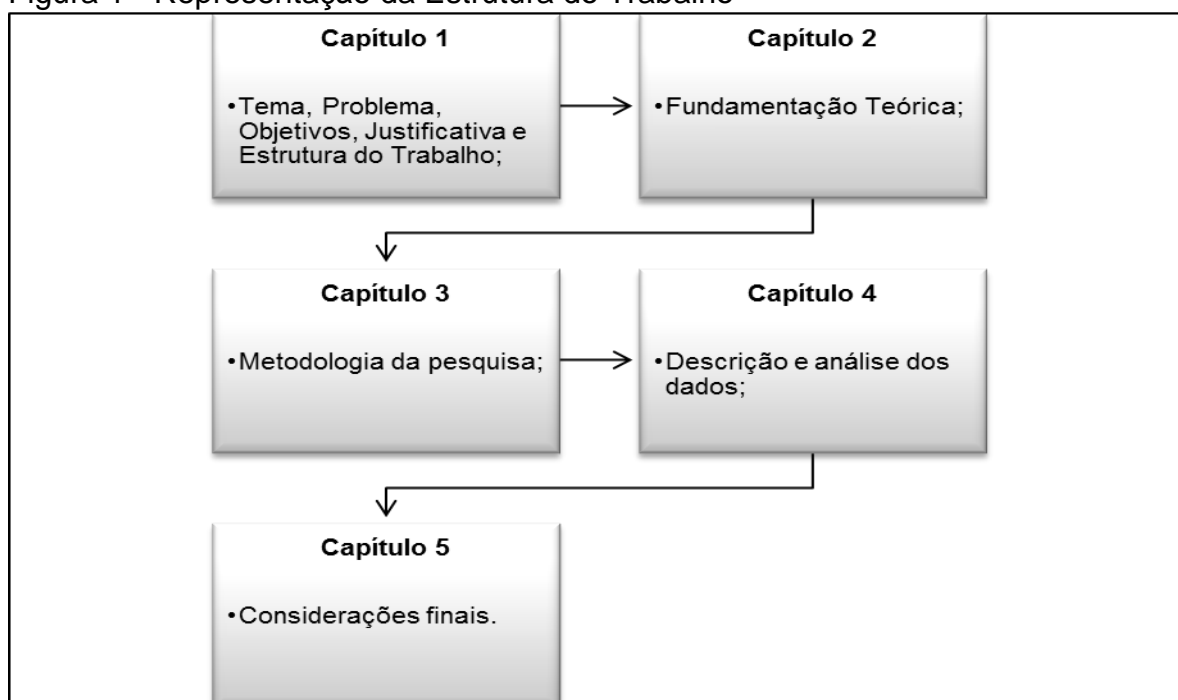
Prova disto é que, em meio à crise enfrentada pelo Brasil no ano de 2015, segundos dados divulgados pelo IBGE, enquanto o PIB total nacional diminuiu 3,8%, o do agronegócio cresceu 1,8%, em relação ao ano de 2014. A agropecuária também se destaca em relação a outros setores. Enquanto ela aumentou 1,8% no PIB, a indústria sofreu queda de 6,2% e os serviços, 2,7%. A média anual de crescimento do PIB agro, nos últimos 19 anos, tem sido de 3,6%. Para um ano de dificuldade econômica como o de 2015, o percentual de 1,8%, é comemorado pelo setor (MAPA, 2016).

Necessidade de avaliar, nas famílias de Jacinto Machado/SC, como está o acesso aos programas de incentivos, mais precisamente ao PRONAF, como o produtor está utilizando os recursos, quais as dificuldades em relação à obtenção do crédito e para que se possa avaliar a percepção e o nível de satisfação do agricultor com um programa que o mantém no campo, alavancando seu crescimento.

1.4 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em 5 capítulos. A figura 1 demonstra detalhadamente a estrutura de apresentação que foi desenvolvida.

Figura 1 - Representação da Estrutura do Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Conforme indicado na figura 1, o primeiro capítulo é de caráter introdutório. O segundo abordará todo o referencial teórico pertinente ao tema abordado, a fim de contextualizar e enriquecer este estudo. No terceiro, apresenta-se a metodologia de pesquisa adotada para o estudo. No quarto capítulo faz-se a descrição e análise dos dados e, por fim, no quinto capítulo

são expostas as considerações finais em resposta a questão problema da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentam-se os dados provenientes de pesquisas bibliográficas. Sendo que, inicialmente será realizado um breve histórico do desenvolvimento do setor de agronegócio e agricultura no Brasil, conceitos de contabilidade rural e a sua importância. Em seguida, será tratado sobre a legislação existente do crédito rural com o objetivo e finalidades, e dando ênfase as linhas de crédito do PRONAF, e as políticas públicas adotadas neste programa.

2.1 DEFINIÇÃO DE ATIVIDADE RURAL

As primeiras atividades rurais tiveram início na antiguidade, e daquela época até os dias atuais, devido aos avanços tecnológicos, o seu desenvolvimento vem sendo constante.

No início das civilizações, a população vivia em bandos e se alimentava basicamente do que a natureza oferecia: alimentos que cresciam das plantações silvestres, bem como, da caça e da pesca. Porém, diante das dificuldades encontradas para obtenção de alimentos e sem um território definido, com o passar do tempo foram descobrindo que as sementes lançadas ao solo podiam nascer e dar frutos e, que os animais podiam ser domesticados e criados em cativeiros, foi então que se teve o início da atividade agrícola e a fixação do homem em lugares predefinidos (OLIVEIRA, 2008).

Por muitos anos eles sobreviveram dessa maneira, através do extrativismo, retiravam da terra o que a natureza espontaneamente lhe oferecia, uma época que se pode destacar que os avanços tecnológicos eram muito lentos e com técnicas muito simples (OLIVEIRA, 2008).

Sendo assim, compreende-se que, atividades rurais são métodos desempenhados por entidades rurais, sendo essa, local de produção do trabalhador inserido dentro de uma produção de bens e serviços.

Segundo Vilhena e Antunes (2010, p. 2):

Consideram-se como atividade rural a exploração das atividades agrícolas, pecuárias, a extração e a exploração vegetal e animal, a

exploração da apicultura, avicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras de pequenos animais; a transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, realizada pelo próprio agricultor ou criador, que são aqueles que exploram a capacidade produtiva do solo, através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas, ou seja, o produtor rural, que é a pessoa física, também chamada de pessoa natural.

Conforme Oliveira (2010) a atividade agrícola surgiu no início das civilizações, quando o homem começou a plantar sementes para a obtenção de alimentos para a sua sobrevivência. Com o tempo, o cultivo foi se aperfeiçoando, sendo descobertas as sazonalidades e a criação de animais, o homem também passou a negociar a sua produção.

Atualmente a atividade rural é basicamente considerada uma empresa e, ao mesmo tempo os agricultores são vistos como empresários rurais, pois podem gerenciar suas atividades e controlá-las.

2.2 CONTABILIDADE RURAL

A contabilidade rural apresenta-se como o principal instrumento de apoio a tomadas de decisões, e ajuda no controle também das operações das atividades rurais.

Para Crepaldi (2006), contabilidade traduz, em valores monetários, o desempenho do negócio e denuncia o grau de eficiência de sua administração. Em última análise, a contabilidade vai dizer se uma empresa rural está atingindo o seu objetivo final: o lucro. Apesar de ser uma atividade que por força de lei, só pode ser exercida por um profissional especializado, a contabilidade deve ser acompanhada muito de perto pelo empresário rural. Pois é nos balanços e nos livros de registro que ele vai encontrar os diagnósticos que vão apontar o caminho do sucesso e as necessárias correções de rumo, inevitáveis no processo de evolução de qualquer empresa rural.

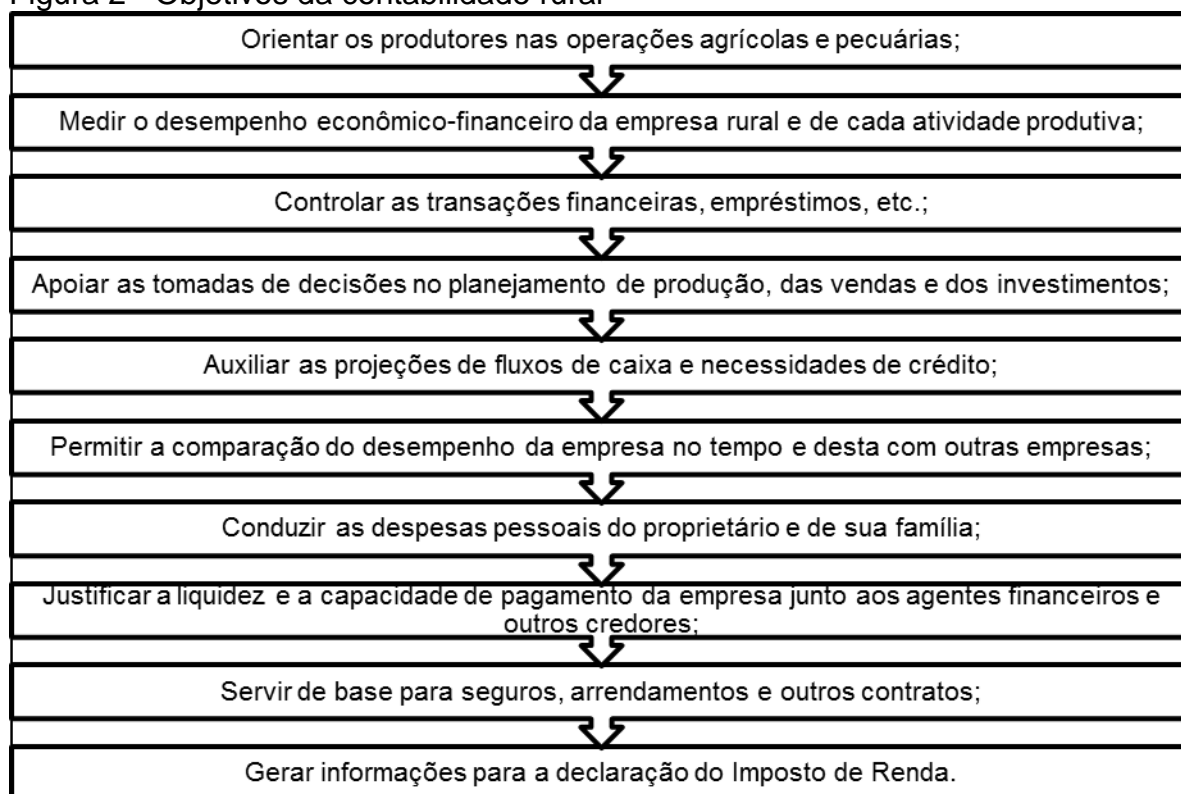
Para Crepaldi (2006, p. 96), “as empresas rurais que atuam na atividade agrícola devem desenvolver dois métodos para efetuar sua

contabilidade quanto à apropriação de custos; um para as culturas temporárias e outro para as culturas permanentes”.

Entende-se que a diferença básica entre as duas culturas é que as temporárias são constituídas de plantas que tenham um ciclo de duração não superior a um ano ou também denominado uma "safra"; enquanto as culturas permanentes estão vinculadas ao solo e proporcionam mais uma colheita, sendo fator de produção da empresa por diversos anos.

Nomeadamente, segundo Crepaldi (2006) a contabilidade tem as seguintes finalidades na área rural, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2 - Objetivos da contabilidade rural



Fonte: Adaptado de CREPALDI (2006).

A figura 2 contempla os objetivos da contabilidade rural, segundo Crepaldi (2006), que consiste na correta orientação para os produtores rurais, com maior controle das suas atividades, a fim de medir o desempenho da propriedade para auxiliar na tomada de decisão.

Segundo Crepaldi (2012) a contabilidade existe há muitos anos, e a cada ano vem se aperfeiçoando e atualizando para melhor suprir as necessidades de seus usuários. A contabilidade com foco na área rural não é

muito divulgada, deste modo, poucos tem o conhecimento aprofundado da mesma, principalmente os agricultores que são os maiores interessados.

É de suma importância o conhecimento e aplicação da contabilidade rural. Ela desempenha o papel de ferramenta gerencial, deste modo, poderá obter o planejamento, controle e tomada de decisão mais adequada. Apesar de, atualmente, já serem solicitados documentos e controles das operações dos produtores, ainda há situações em que não é legalizada a operação com documentos, assim, com a contabilidade, serão controlados e registrados estes documentos (CREPALDI, 2012).

No Brasil a contabilidade rural ainda é pouco utilizada, tanto pelos produtores quanto pelos contadores. Isso acontece devido ao desconhecimento, por parte desses empresários, da importância das informações obtidas através da contabilidade, da maior segurança e clareza em função da mentalidade conservadora da maioria dos produtores rurais, que permitem manter controles baseados em sua experiência adquirida com o passar dos anos. Dessa forma, abrem mão de dados reais que poderiam ser obtidos através da contabilidade e que os ajudaria a uma melhor interpretação de seu negócio (CREPALDI, 2006).

2.3 AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Inicialmente, faz-se necessário elucidar o significado de agronegócio, e para fins de estudo, o autor Buranello (2011), trás o seguinte conceito:

O agronegócio é o conjunto de atividades que vai da fabricação e fornecimento de insumos, da produção agropecuária, envolvendo o processamento, armazenamento até a distribuição para consumo interno e internacional dos produtos de origem agrícola ou pecuária. Essa visão sistemática envolve também as formas de financiamento, as bolsas de mercadorias e as políticas públicas.

Pode-se observar que este conceito traz em sua aptidão o princípio de que o agronegócio envolve, além das atividades ligadas diretamente a produção agropecuária, o crédito rural, objeto de estudo deste trabalho.

Mendes e Padilha Júnior (2007) citam um dos primeiros conceitos da agricultura que se define com as atividades de arar o solo, plantar, realizar a colheita, ordenhar vacas ou alimentar animais. Esse, de fato, era o conceito de agricultura até o início dos anos 60, onde as propriedades rurais eram muito diversificadas, com várias culturas e criações diferentes, e todas as atividades eram necessárias à sobrevivência de todas as pessoas que nela trabalhavam.

Por isso, qualquer situação ligada a “agricultura” estava relacionada a todo o conjunto de atividades no meio rural, desde as mais simples até a mais complexa, e todas realizadas dentro do próprio patrimônio do produtor.

As propriedades rurais eram muito diversificadas, com várias culturas e criações diferentes, necessárias à sobrevivência de todos que ali viviam, onde cada propriedade podia produzir várias coisas ao mesmo tempo: Arroz, feijão, café, milho, algodão e, além disso, a criação de bovinos, suínos, aves e equinos. Eram quase autos suficientes, pois produziam e industrializavam tudo que necessitavam (ARAÚJO, 2007).

Com o passar do tempo, as propriedades mudaram de estrutura radicalmente: perderam a autos suficiência e tiveram que se especializar para abastecer outros mercados e enfrentaram a globalização e internacionalização da economia. Conforme Araújo, (2007, p. 15):

A evolução da socioeconômica, sobretudo com os avanços tecnológicos, mudou totalmente a fisionomia das propriedades rurais, sobretudo nos últimos 50 anos. A população começou a sair do meio rural e dirigir-se para as cidades, passando nesse período de 20% para 70% a taxa de pessoas residentes no meio urbano (casos no Brasil). O avanço tecnológico foi intenso, provocando saltos nos índices de produtividade agropecuária e com isso, um menor número de pessoas cada dia é obrigado a sustentar mais gente.

Araújo (2007, p. 16) define *Agrobusiness* como “o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento, distribuição e consumo dos produtos agropecuários *in natura* ou industrializados”.

De acordo Crepaldi (2012, p. 21), “a agricultura representa toda a atividade de exploração da terra, seja ela o cultivo de lavouras e florestas ou a

criação de animais, com vistas à obtenção de produtos que venham a satisfazer às necessidades humanas”.

Com isso, a atividade econômica passou a ser vista como um negócio, e os produtores, cada vez mais, especializados e providos de altas tecnologias que contribuíram para alavancar sua produção.

Soares e Alliprandini (2006, p. 253), citam que “o agronegócio brasileiro vem evoluindo, tornando-se um dos principais segmentos da economia nacional, acumulando *superávit* na balança comercial e alta produtividade”.

O agronegócio brasileiro é moderno, eficiente e competitivo. O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários (MAPA, 2016).

O PIB agropecuário (soma de todas as riquezas produzidas pelo país) chegou a R\$ 263,6 bilhões em 2015. O IBGE aponta que o crescimento do setor se deve principalmente ao desempenho da agricultura. Alguns produtos registraram aumento na produção, com destaque para as lavouras de soja, (11,9%) e milho (7,3%). A cana-de-açúcar cresceu 2,4%, e, na pecuária, estão o abate de suínos (5,3%) e frango (3,8%) (MAPA, 2016).

Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país (MAPA, 2016).

Neste sentido, a capacidade governamental de auxiliar com empréstimos e créditos, faz com que o desenvolvimento de uma nação seja ainda maior.

2.4 CRÉDITO RURAL NO BRASIL

O sistema de crédito rural no Brasil foi estabelecido pela Lei nº 4.829, de novembro de 1965, que instituiu a política de desenvolvimento da produção rural do país, tendo em vista o bem estar do povo, e definiu o que é crédito rural, estabelecendo:

Art. 2º: Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor.

O desenvolvimento de um país está amplamente relacionado com os recursos de créditos disponibilizados à população. Assim, quanto maior for a disponibilidade de dinheiro para empréstimos, maior será a demanda e, conseqüentemente maior o crescimento.

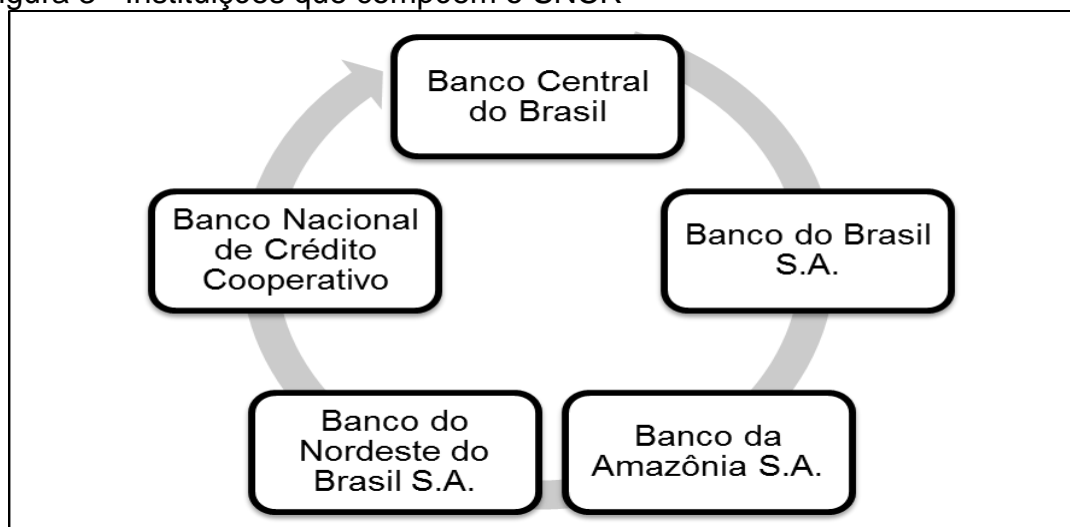
Segundo Thomas et al. (2009), o crédito rural vai ao encontro da necessidade dos produtores rurais, uma vez que se encontra inserido num mundo competitivo, no qual o atraso na assimilação de novos métodos de exploração da terra e outros recursos disponíveis nas propriedades podem interferir na produtividade.

Nos dias atuais, o crédito rural configura-se como ferramenta fundamental para incrementar as atividades dos produtores e assim alavancar sua produção e também contribuir para o desenvolvimento do país, ou seja, em um país onde o crédito é limitado, a capacidade produtiva fica altamente comprometida.

2.4.1 O Sistema de crédito rural no Brasil (SNCR)

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) é constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados, que estão demonstrados na figura 3.

Figura 3 - Instituições que compõem o SNCR



Fonte: Adaptado da LEI Nº. 4.829/1965.

Conforme apresentado na figura 3, o SNCR tem, entre seus principais agentes, os bancos e cooperativas de crédito. As instituições mencionadas na figura possuem vínculos com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), e seus órgãos auxiliares: Bancos de que os Estados participem com a maioria de ações; Caixas Econômicas; Bancos privados; Sociedades de crédito, financiamento e investimentos; e Cooperativas autorizadas a operar em crédito rural (LEI Nº 4.829, 1965).

O órgão com competência para fiscalizar todas as operações bancárias de todo o sistema e elaborar as normas de aplicação e execução é o Banco Central do Brasil (BACEN), que deve se preocupar em avaliar os resultados e propor melhorias. Também determina os meios apropriados de escolha e precedência na distribuição do crédito rural e estabelece as medidas para o zoneamento dentro do qual devem atuar os diversos órgãos financiadores, e a expansão e ampliação dos programas de crédito rural (LEI Nº 4.829, 1965).

2.4.2 Objetivos do crédito rural

Os objetivos do crédito rural consistem basicamente em estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários.

A Lei n. 8.171/1991 que instituiu a política agrícola no Brasil aborda os objetivos para o crédito rural, conforme apresentado na figura 4.

Figura 4 - Objetivos do Crédito Rural

Estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e instalação de agroindústria, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas;
Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção, do extrativismo não predatório e da comercialização de produtos agropecuários;
Incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada conservação do solo e preservação do meio ambiente;
Propiciar, através de modalidade de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais
Desenvolver atividades florestais e pesqueiras;
Apoiar a substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo;
Estimular o desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária;
Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural terá por objetivo estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar.

Fonte: Adaptado da LEI Nº 8.171 (1991).

Sendo assim, observa-se na figura 4 que os objetivos estão voltados a atender as necessidades da atividade agrícola, de acordo com sua produção e perfil, visando sempre o aumento da produtividade e qualidade de vida dos produtores rurais.

2.4.3 Quanto às finalidades do crédito rural

O crédito rural é dividido em três finalidades para assim facilitar a sua forma de distribuição: custeio, investimento e comercialização. A figura 5

apresenta detalhadamente estas finalidades estabelecidas pelo BACEN e divulgadas no Manual de Crédito Rural (MCR).

Figura 5 - Modalidades do Crédito Rural no Brasil

Custeio	Investimento	Comercialização
<ul style="list-style-type: none"> •É destinado a prover a demanda de despesas naturais e existentes no ciclo produtivo. 	<ul style="list-style-type: none"> •Destina-se a aplicações em bens ou serviços cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção. 	<ul style="list-style-type: none"> •É destinado a cobrir despesas próprias da fase após as colheitas ou a converter os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas.

Fonte: Adaptado de MCR (2015).

A figura 5 contempla as modalidades do crédito rural, sendo que, o crédito para custeio, relaciona-se à necessidade de capital de giro para as atividades agrícolas, o crédito de investimento, aos recursos inerentes à construção das instalações e à compra dos equipamentos necessários, já o crédito de comercialização, relaciona-se à política de preços mínimos (MCR, 2016).

2.4.3.1 Créditos para Custeio

O custeio rural é destinado a cobrir as despesas normais dos ciclos produtivos e as necessidades de desembolso para manter as atividades cíclicas que envolvem a compra de insumos, o preparo da terra e as tarefas típicas do período de colheita, o que se refere à exploração pecuária e beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários (BACEN, 2012a).

O custeio é classificado pelo BACEN em: agrícola, pecuário, de beneficiamento ou industrialização. O quadro 1 define quais os itens financiáveis, citados nas Resolução nº. 4.106/2012 do BACEN:

Quadro 1 - Classificação da finalidade custeio

AGRÍCOLA	<ul style="list-style-type: none"> - Despesas de soca e ressoca de cana-de-açúcar, abrangendo os tratos culturais, a colheita e os replantios parciais; - Aquisição de insumos, antecipadamente, em relação ao ciclo produtivo a que se destinam, observadas as condições estabelecidas no item 15 para as operações denominadas de pré-custeio; - Aquisição de silos (bags), limitada a 5% do valor do custeio.
PECUÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de leitões, quando se tratar de empreendimento conduzido por suinocultor independente; - Aquisição de insumos, em qualquer época do ano.
BENEFICIAMENTO OU INDUSTRIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Isoladamente ou como uma extensão do custeio agrícola ou pecuário; - Deferido a cooperativas quando mais da metade da matéria prima a beneficiar ou industrializar for de produção própria ou de associados.

Fonte: Adaptado das RESOLUÇÕES Nº. 4.106 (2012a).

Conforme demonstrado no quadro 1, ainda de acordo, com a Resolução do Banco Central do Brasil (2012a) cada classificação tem as suas peculiaridades, sendo que os créditos para custeio agrícola e pecuário só podem ser concedidos e formalizados com base em orçamento, plano ou projeto.

Segundo a resolução 4.412/2015 o limite de crédito de custeio rural, por beneficiário, em cada safra e, em todo SNCR, é de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), devendo ser considerados, na apuração desse limite, os créditos de custeio tomados com recursos controlados, exceto aqueles tomados no âmbito dos fundos constitucionais de financiamento regional (BACEN, 2015).

O Banco Central do Brasil (2012a) cita que fica vetado o fornecimento de crédito para atender as despesas cujas épocas ou ciclos já tenham decorrido admitindo-se, porém, considerar como recursos próprios os gastos já realizados.

2.4.3.2 Créditos para Investimento

O crédito de investimento é destinado para realizar as aplicações em bens e serviços duráveis, cujos benefícios se estendem por vários períodos de produção.

Segundo a Resolução 4.106/2012, considera-se como crédito de investimento rural o financiamento com predominância de verbas para inversões fixas e semifixas em bens e serviços relacionados com a atividade agropecuária, ainda que, o orçamento consigne recursos para custeio (BACEN, 2012a).

Estes bens e serviços têm que estar diretamente ligados com a atividade agropecuária, sendo exemplos de aplicações fixas: a) construção e reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes; b) aquisição de máquinas e equipamentos de provável duração útil superior a 5 (cinco) anos; d) florestamento, reflorestamento, desmatamento e destoca; e) formação de lavouras permanentes (BACEN, 2012a).

E o BACEN (2012a) ainda trás os seguintes exemplos para aplicações semifixas: a) aquisição de animais para criação, recriação, engorda ou serviço; c) aquisição de veículos, tratores, colheitadeiras, implementos, embarcações e aeronaves; d) aquisição de equipamentos empregados na medição de lavouras.

2.4.3.3 Créditos para Comercialização

Os créditos, para finalidade de comercialização, são destinados a facilitar aos produtores rurais, diretamente ou por meio de suas cooperativas, a colocação de suas safras.

O crédito de comercialização tem o objetivo de viabilizar, ao produtor rural ou às suas cooperativas agropecuárias, os recursos necessários à comercialização de seus produtos no mercado (BACEN, 2012a).

Os créditos destinados à comercialização compreendem: a) pré-comercialização; b) desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR); c) empréstimos a cooperativas para adiantamentos a associados, por conta de produtos entregues para venda, observados os preços de comercialização; d) financiamento para estocagem de produtos agropecuários; e) financiamento de proteção de preços; f) financiamento para garantia de preços ao produtor (FGPP) (BACEN, 2012a).

Ainda segundo o BACEN (2012a), ao que se refere ao item “a” (pré-comercialização): a) consiste no suprimento de recursos a produtores rurais ou a suas cooperativas para atender as despesas inerentes à fase imediata à colheita da produção própria ou de cooperados; b) visa a permitir a venda da produção nos melhores mercados; c) pode ser concedido isoladamente ou como extensão do custeio; d) tem prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias.

2.4.4 Beneficiários do Crédito

O Banco Central do Brasil através da Resolução 3.137/2003 determina quais os beneficiários do crédito rural o produtor rural (pessoa física ou jurídica) e as cooperativas de produtores rurais.

Pode ainda ser beneficiada do crédito rural a pessoa física ou jurídica que, embora sem conceituar-se como produtor rural, se dedique às seguintes atividades vinculadas ao setor: a) pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas; b) pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial; c) prestação de serviços mecanizados, de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para proteção do solo; d) prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais; e) exploração da pesca, com fins comerciais; f) medição de lavouras (BACEN, 2003).

Entende-se que tudo que está ligado direto ou indiretamente à atividade rural pode beneficiar os produtores a optar em determinadas linhas de crédito, que vão beneficiá-los de acordo com cada finalidade.

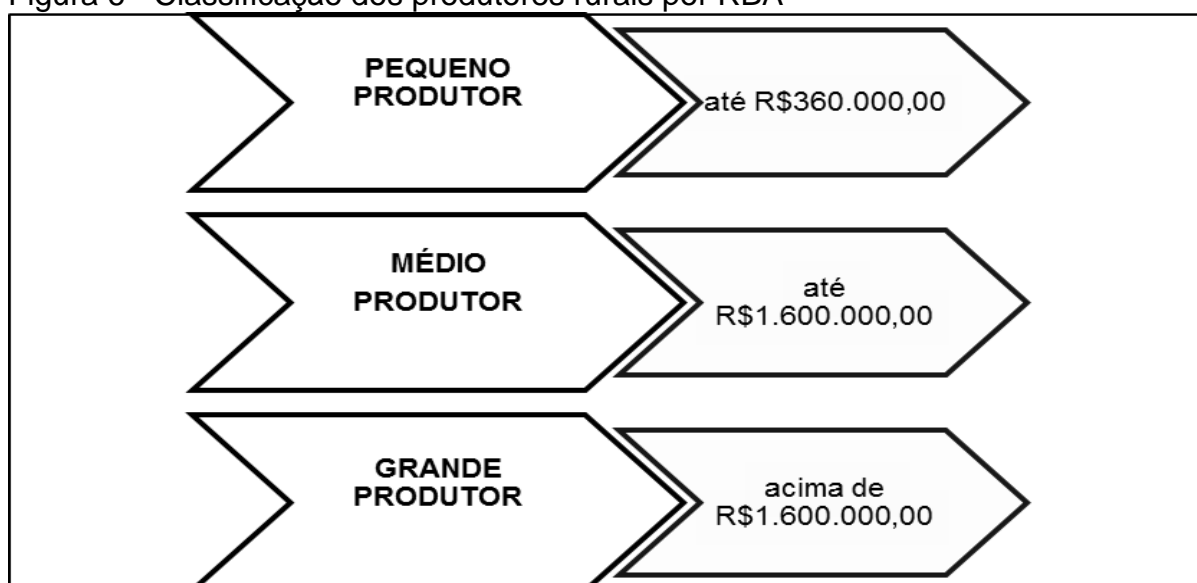
Não são beneficiários do crédito rural: os estrangeiros residentes no exterior; os sindicatos rurais e; o parceiro, quando, no contrato de parceria/arrendamento, restringir o acesso de qualquer das partes ao financiamento (BACEN, 2003).

Segundo o BACEN (2013), para a concessão do crédito rural é necessário classificar o produtor rural, pessoa física ou jurídica, de acordo com a sua Receita Bruta Anual (RBA).

A classificação da RBA é realizada da seguinte forma: Pequeno produtor até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); Médio produtor:

acima de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) até R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais); e grande produtor: acima de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). A figura 6 apresenta a classificação do produtor conforme a RBA.

Figura 6 - Classificação dos produtores rurais por RBA



Fonte: Adaptado da RESOLUÇÃO Nº. 4.276 (2013).

Seguindo os moldes demonstrados na figura 6, fica de responsabilidade das instituições financeiras a correta classificação dos pequenos, médios e grandes produtores.

2.5 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais que considera agricultor familiar e seus empreendimentos, aquele que pratica todas as atividades exclusivamente no meio rural, e atenda os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No início dos anos 90 as famílias que praticavam atividades consideradas como agriculturas familiares eram enquadradas perante o mercado e ao governo como mini produtoras, e, com isso, deveriam seguir as mesmas normas de financiamento que os grandes produtores rurais. Sendo assim, acabavam prejudicadas com essa metodologia, pois o acesso ao crédito para estes pequenos agricultores se torvava bastante dificultado (BALESTRIN, 2010).

No contexto histórico das décadas de 1980 e 1990 as condições não foram animadoras para as famílias que praticavam a agricultura com modalidade familiar, devido à crise da segunda metade dos anos 1980, que originou a queda dos recursos disponibilizados pelo governo e a queda da renda dos agricultores e, também, devido a alta da globalização que estava dando nova conjuntura econômica e comercial na época (DELGADO, 2001).

A partir dos anos de 1990, é que começaram a surgir os incentivos à agricultura familiar, devido à sua importância para o desenvolvimento sustentável nacional, em decorrência do êxodo rural existente neste período e pelo motivo que as cidades não conseguiam absorver a mão-de-obra vinda da agricultura. Com isso, devido às reivindicações da classe dos trabalhadores rurais, e a pressão dos movimentos sociais organizados, o governo criou políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária (TEODORO ET AL, 2005).

Fundamental na elaboração dos alimentos que chegam às mesas das famílias brasileiras, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País (MDA, 2015).

2.6 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O Decreto de lei nº 1.946, de 1996 criou oficialmente o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que, certamente, na história recente do Brasil é uma das mais marcantes políticas destinada a este público.

Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2004, p. 24) “deste ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do governo federal para apoiar os agricultores familiares”.

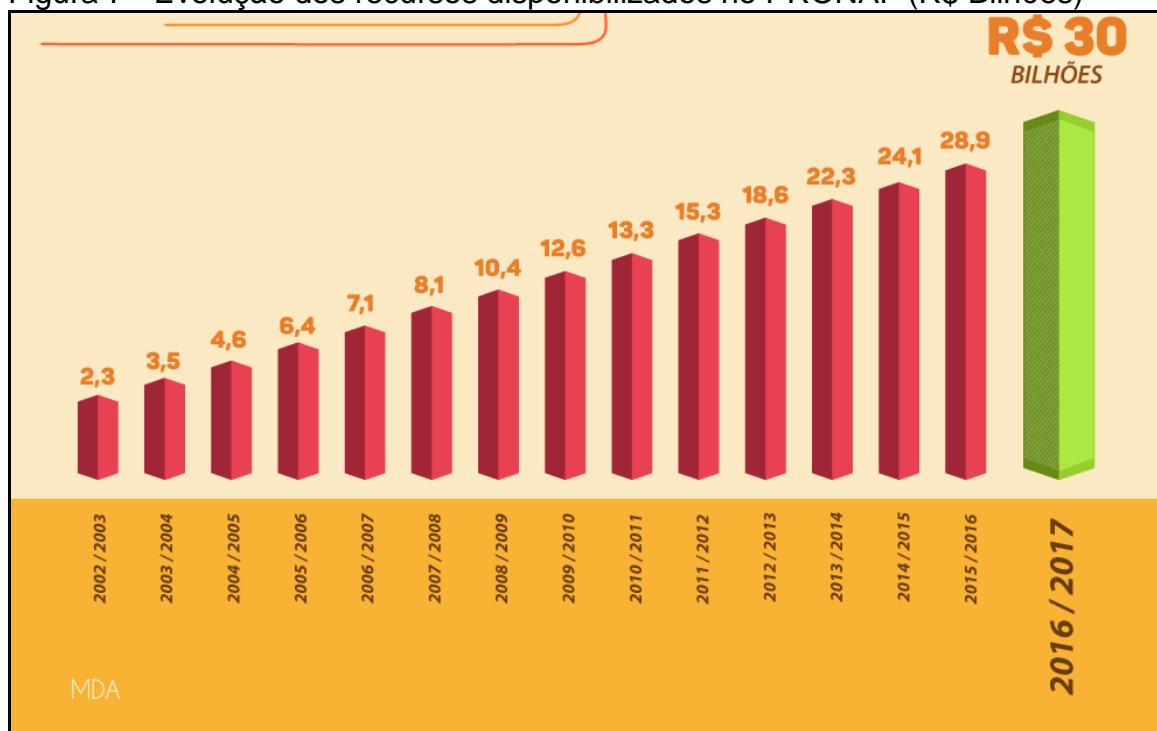
O PRONAF financia planos individuais ou coletivos, que visam gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, sendo considerado crédito coletivo quando formalizado por grupo de produtores para finalidades coletivas (BACEN, 2012b).

Possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (MDA, 2015).

No ano de 2015 o programa completou 20 anos e, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015), neste período, aplicou aproximadamente R\$ 160 bilhões em mais de 26 milhões de contratos, nas diferentes modalidades, para diferentes tipologias de agricultores familiares, financiando máquinas, veículos de transporte e equipamentos para a agricultura familiar mais estruturada, até os micro financiamentos para a agricultura familiar menos capitalizada.

A figura 7 demonstra através do gráfico, a evolução do PRONAF, durante mais de uma década, com os percentuais aplicados pelo Governo Federal, para alavancar ainda mais a produção na agricultura familiar e gerar crescimento nesta área.

Figura 7 - Evolução dos recursos disponibilizados no PRONAF (R\$ Bilhões)



Fonte: MDA (2016).

O gráfico demonstra o quanto vem sendo disponibilizado de crédito aos beneficiários, sendo que, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, anunciou no início de maio do ano de 2016, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017.

O montante será disponibilizado por linhas de financiamento para cultivo, produção e investimento com taxa de juros abaixo da inflação. No ano de 2016, a taxa de juros caiu de 5,5% para 2,5% ao ano, para alimentos que compõem a base da alimentação do povo brasileiro – arroz, feijão, mandioca, tomate, alho, cebola e hortaliças (MDA, 2016).

Tudo isso para estimular a produção de cestas de alimentos que ajudam a controlar os índices de inflação, produção orgânica e agroecológica. E, com isso, ampliar os limites de crédito do PRONAF por ano-safra, de R\$ 250.000,00 para custeio e R\$ 330.000,00 para investimento (MDA, 2016).

2.6.1 Linhas de crédito destinadas ao PRONAF

No Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) há uma ampla linha de custeios e investimentos, disponibilizadas

conforme denominações. Cada qual possui uma finalidade de financiamento e as taxas variam conforme o objetivo de captação de recursos (MDA, 2015).

Segundo divulgação do plano safra da agricultura familiar 2016/2017 o PRONAF contempla 16 linhas de financiamento com condições específicas para cada modalidade e público, conforme demonstradas no quadro 2.

Quadro 2 - As 16 linhas de financiamento do PRONAF

LINHAS	TAXA	FINALIDADE
PRONAF custeio	Juros de 2,5%a.a.	Para produção de alimentos da cesta básica, gado leiteiro, abelhas, peixes, cabras e ovelhas, boas práticas de manejo do solo e produção de energia renovável.
PRONAF Investimento (Mais Alimentos)	Juros de 2,5% a.a.	Adoção de práticas conservacionistas, manejo e conservação dos recursos naturais, formação e recuperação de pastagens, produção de silagem, reforma de infraestrutura na propriedade, cultivo protegido, automação, construção de silos e armazéns, câmaras frias, tanques para resfriamento de leite e ordenha.
	Juros de 5,5% a.a.	Aquisição de Animais de recria e engorda
	Juros de 5,5% a.a.	Demais empreendimentos e finalidades.
PRONAF Agroecologia	Juros de 2,5% a.a.	Cultivo em sistema de produção agroecológica e/ou orgânicos.
PRONAF ECO	Juros de 2,5% a.a.	Aproveitamento hidroenergético, energia renovável, tecnologias ambientais, projetos de adequação ambiental em relação a legislação, implantação de viveiros de mudas.
	Juros de 5,5%a.a.	Investimentos em Silvicultura
PRONAF Agroindústria	Juros de 5,5% a.a.	Investimentos na infraestrutura, processamento da produção agropecuária, produtos florestais, extrativismo, produtos artesanais e turismo rural.
PRONAF Jovem	Juros de 2,5% a.a.	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades rurais.
PRONAF Floresta	Juros de 2,5% a.a.	Implantação de projetos agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal.
PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias familiares	Juros de 5,5 % a.a.	Custeio do beneficiamento e industrialização da produção, aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, de matéria-prima, de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem, conservação

		de produtos para venda futura em melhores condições de mercado e a aquisição de insumos pela cooperativa de produção de agricultores familiares para fornecimento aos cooperados.
PRONAF Cota Parte	Juros de 5,5% a.a.	Financiamento da integralização de cotas-partes por beneficiários do PRONAF associados a cooperativas de produção rural e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.
PRONAF Investimento da Reforma Agrária	Juros de 0,5% a.a.	Estruturação dos lotes.
PRONAF Custeio da Reforma Agrária	Juros de 1,5% a.a.	Custeio de atividades agropecuárias.
PRONAF Microcrédito da Reforma Agrária	Juros de 0,5% a.a.	Financiamento de atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.
PRONAF Produtivo Orientado de Investimento	Juros de 4,5% a.a.	Crédito rural com Ater para inovação tecnológica, sistemas agroflorestais, convivência com o bioma, sistemas agroecológicos ou orgânicos.
Micro crédito rural com a metodologia PNMPO - Grupo B	Juros de 0,5% a.a.	Metodologia PNMPO.
Grupo B - micro crédito rural sem a metodologia do PNMPO	Juros de 0,5% a.a.	Sem a metodologia PNMPO.
PRONAF Mulher Investimento	Juros de 2,5% a.a. ou 5,5% a.a.	Nas condições da linha Pronaf Investimento (Mais Alimentos).

Fonte: Adaptado de MDA (2016).

Todas as linhas possuem condições específicas para cada modalidade, com taxas diferenciadas. O plano safra da agricultura familiar 2016-2017 tem por objetivo estimular a produção de alimentos que contribuem com o controle dos índices de inflação, ampliar a produção de alimentos saudáveis e ampliar a oferta de políticas públicas na agricultura familiar (MDA, 2016).

O MDA (2016) divulgou que o limite para o plano safra de 2016/2017 foi ampliado de R\$ 100.000,00 para R\$ 250.000,00, para assim estimular ainda mais a produção no País.

A linha investimento financia a tudo que for relacionado à infraestrutura produtiva da unidade de produção, para unidades agrícolas e não agrícolas. Na linha Mais Alimentos são financiados máquinas e equipamentos, infraestrutura produtiva, animais e culturas permanentes, tanques e resfriadores, irrigação, turismo rural, confecções e movelaria (MDA, 2015).

Compra de estruturas, como estufas, sistema de irrigação e equipamentos para automatização da produção; correção da acidez e da fertilidade do solo, implantação e reformas para gestão sustentável dos recursos hídricos e compostagem de adequação ambiental; e financiamento para a geração de energia de fontes renováveis, como solar, biomassa, eólica e mini usinas de biocombustíveis (MDA, 2016).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a metodologia utilizada para a realização deste estudo. Inicialmente, classificam-se as tipologias de pesquisa quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema. Em seguida, expõem-se os procedimentos usados para a coleta de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos são determinados visando orientar o estudo e responder ao questionamento indicado pelo autor. Segundo Beuren (2006, p. 67) “[...] a metodologia da pesquisa é definida com base no problema formulado”.

Em relação à abordagem do problema, utiliza-se a abordagem quantitativa, que por meio de dados estatísticos busca resultados e informações precisas. Conforme Richardson (1999, p. 70):

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, dentre outros.

Quanto aos objetivos deste estudo, se caracterizam como descritivos. Segundo Andrade (2005, p. 124) este método “preocupa-se em observar os fatos registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”. Uma vez que esta pesquisa visa evidenciar as linhas de créditos disponíveis ao produtor rural, suas vantagens e benefícios, e as políticas públicas adotadas no Brasil.

No que se refere aos procedimentos, pretende-se realizar um levantamento ou *survey*. Segundo Gil (1999):

Se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

A pesquisa será realizada por meio de questionário com produtores rurais do município de Jacinto Machado - Santa Catarina, que conta com um percentual considerável de agricultores.

Ainda no que se refere aos procedimentos, o estudo foi embasado em pesquisa bibliográfica, com referências publicadas sobre o assunto em livros, revistas, jornais e artigos do gênero. Para Santos (2000, p. 29), a pesquisa bibliográfica consiste em um:

Conjunto de materiais escritos/gravados, mecânica ou eletronicamente, que contêm informações já elaboradas e publicadas por outros autores, uma bibliografia. São fontes bibliográficas, os livros, as publicações periódicas, fitas gravadas de áudio e vídeo, páginas de web sites, relatórios de simpósios/seminários, anais de congresso e etc.

Desta forma, conforme instrumentos metodológicos citados, a pesquisa científica consiste em evidenciar o crédito rural para o Produtor rural, exclusivamente das linhas do PRONAF, e se os entrevistados utilizam da contabilidade rural como ferramenta de apoio.

O quadro 3 apresenta uma síntese das metodologias utilizadas para a elaboração deste estudo.

Quadro 3 - Metodologias utilizadas para a consecução da pesquisa

Quanto aos objetivos	Descritivos
Quanto aos procedimentos	Pesquisa bibliográfica levantamento ou <i>survey</i>
Quanto à abordagem do problema	Quantitativa
Quanto aos instrumentos de coleta de dados	Questionário

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Desta forma, conforme os instrumentos metodológicos citados, a pesquisa consiste em avaliar como está a utilização da contabilidade rural, no

município de Jacinto Machado e o programa PRONAF, que é voltada aos pequenos agricultores familiares.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com a metodologia aplicada para coleta de dados, pretende-se chegar aos resultados, por meio de entrevista, com questões fechadas.

A pesquisa se realizará a fim de identificar quantidade de hectares produzidos, valor de faturamento, e a importância do PRONAF para os produtores rurais, na cidade de Jacinto Machado – SC. Buscará obter informações sobre como o produtor consegue se beneficiar com as linhas de crédito disponíveis, e coletar o máximo de informações com questões em que possam ser identificadas as vantagens e talvez desvantagens deste instrumento público que é o crédito rural e especialmente ao PRONAF.

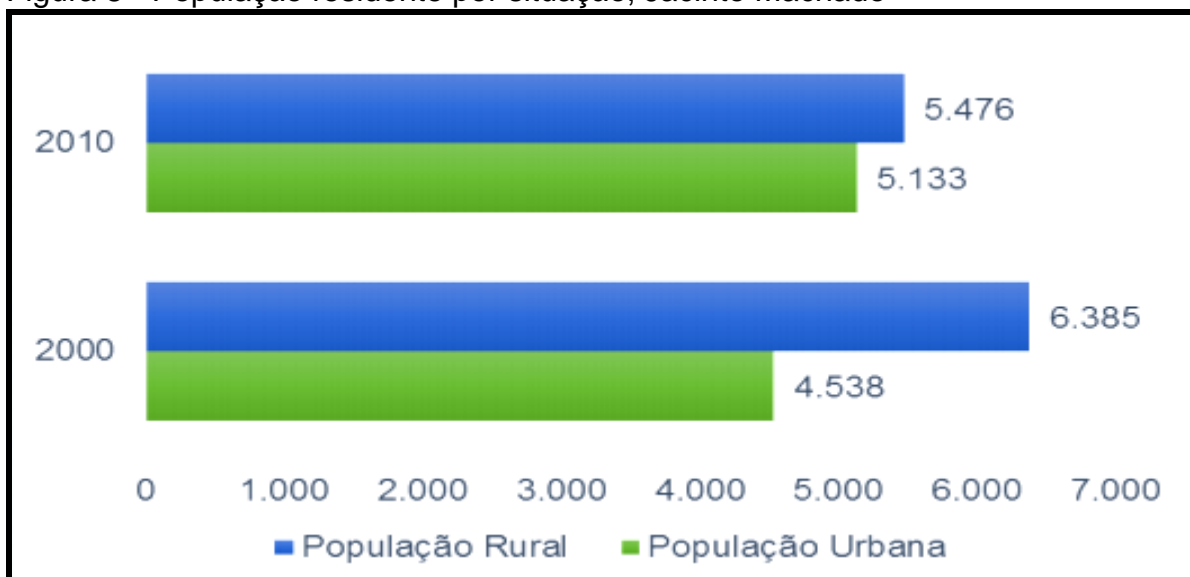
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta a descrição e análise dos dados coletados com os agricultores da região sul, no município de Jacinto Machado/SC. Inicialmente será abordado dados do município estudado, referentes a sua população e o PRONAF, e em seguida a coleta de dados obtidos através do questionário e pesquisa com os agricultores.

4.1 MUNICÍPIO ESTUDADO – JACINTO MACHADO/SC

O município de Jacinto Machado está localizado na encosta da Serra Geral e é o município com maior extensão de terra da região da AMESC com uma área de 431,379 Km², e uma densidade demográfica de 24,59hab/km², considerada inferior à média estadual que é de 65,27hab/Km². Abaixa densidade demográfica é uma característica presente em municípios predominantemente rurais (IBGE, 2000). O gráfico da Figura 8 demonstra a população residente por situação.

Figura 8 - População residente por situação, Jacinto Machado



Fonte: IBGE (2010).

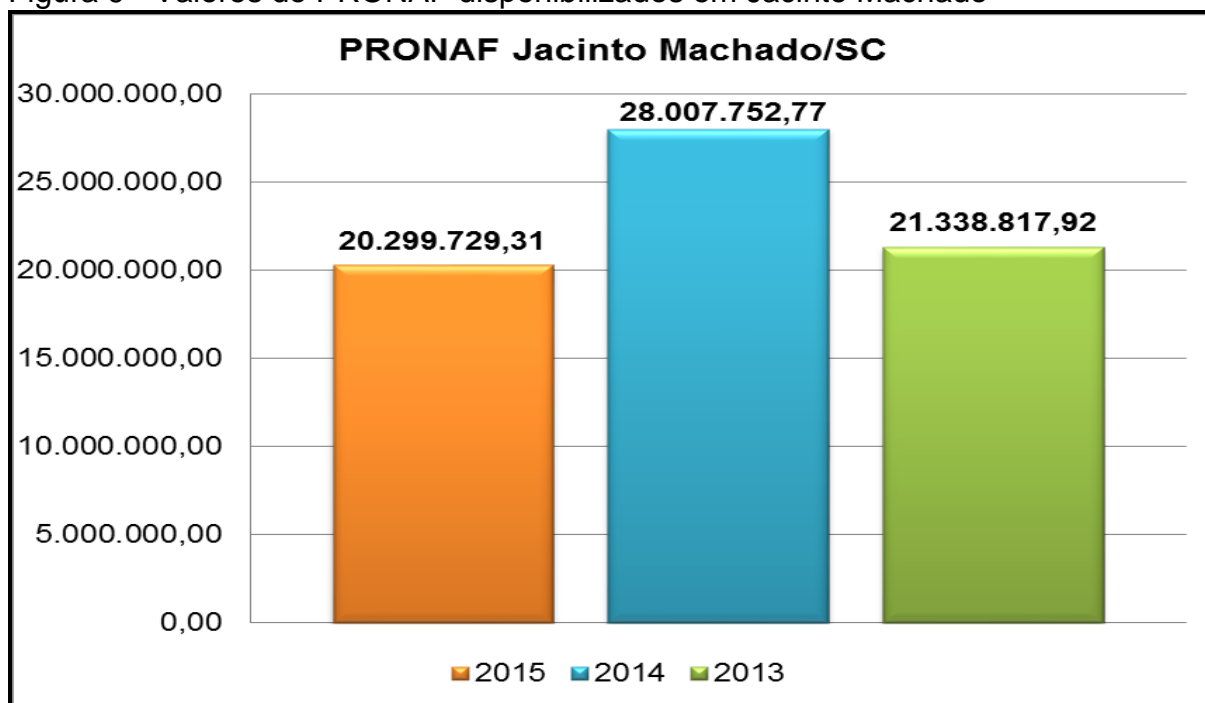
Sendo assim, Jacinto Machado possui uma população que reside predominantemente em áreas rurais, de um total de 10.609 habitantes em 2010, 52% residem em áreas rurais e o restante em áreas urbanas, mesmo

acontecendo uma diminuição da população rural, no período de 2000 a 2010, essa distinção ainda prevalece no município.

4.2 DADOS DO PRONAF JACINTO MACHADO/SC

Para compreender o cenário do PRONAF no município de Jacinto Machado, a Figura 9 traz dados gerais, em gráfico, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, de valores disponibilizados na cidade, nos períodos de 2013 a 2015.

Figura 9 - Valores do PRONAF disponibilizados em Jacinto Machado



Fonte: Adaptado do BACEN (2016).

Os dados da Figura mostram o volume no total de créditos disponibilizados aos agricultores em Jacinto Machado, sendo para custeio e investimento utilizados. No ano de 2013, o valor foi de R\$ 21.338.817,92, em 2014, houve um aumento da disponibilidade, quando o valor total foi R\$ 28.007.752,77 e em 2015, é possível observar uma queda para R\$ 20.299.729,31, diminuição que se deve pelo fato do ano de 2015 ter sido considerado de crise para a economia do Brasil.

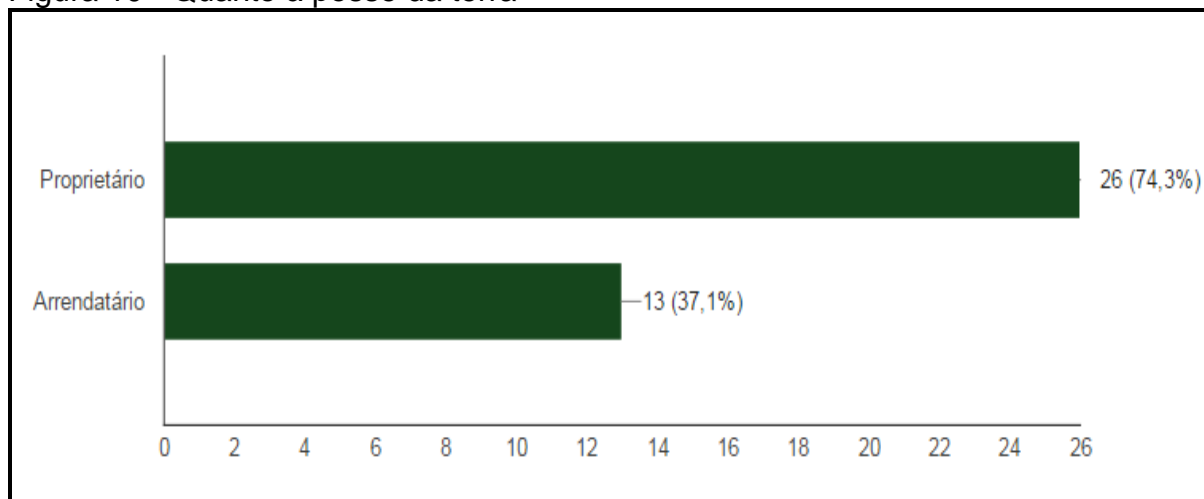
4.3 COLETA DE DADOS ATRAVÉS DO QUESTIONÁRIO

Conforme a metodologia aplicada na coleta de dados, obtiveram-se os resultados por meio de um questionário com perguntas objetivas. A pesquisa foi realizada com agricultores de Jacinto Machado – SC, totalizando em 35 (trinta e cinco) entrevistados. O encaminhamento do questionário ocorreu por meio de entrega pessoalmente ao responsável pela propriedade, e online. Teve seu período de coleta no mês de maio de 2016.

4.3.1 Quanto à posse e uso da terra

Inicialmente a pesquisa abordou a questão quanto a posse e uso da terra, a fim de identificar se a terra é própria ou arrendada. Conforme o Figura 10, em gráfico, foram entrevistados agricultores que possuem os dois tipos de uso.

Figura 10 - Quanto à posse da terra



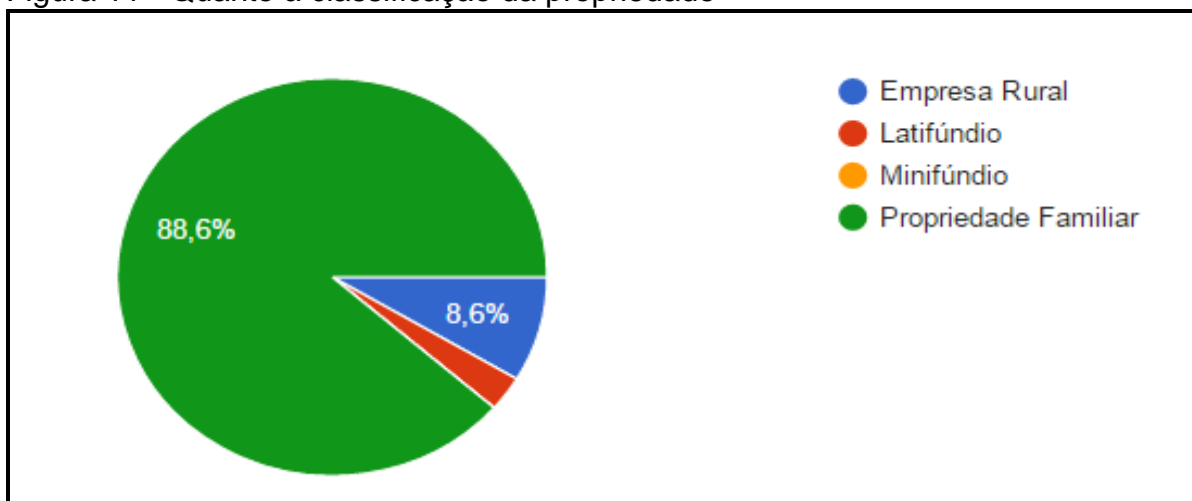
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Diante do gráfico apresentado na Figura 10, pode-se perceber que dos 35 agricultores entrevistados, 26 são proprietários da terra, e 13 arrendatários. Percentualmente os números significam que 74,3% dos entrevistados são proprietários e 37,1% são arrendatários.

4.3.2 Quanto à condição legal do produtor

A pesquisa procurou identificar qual classificação dos entrevistados segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A Figura 11 apresenta o gráfico quanto a classificação da propriedade.

Figura 11 - Quanto à classificação da propriedade



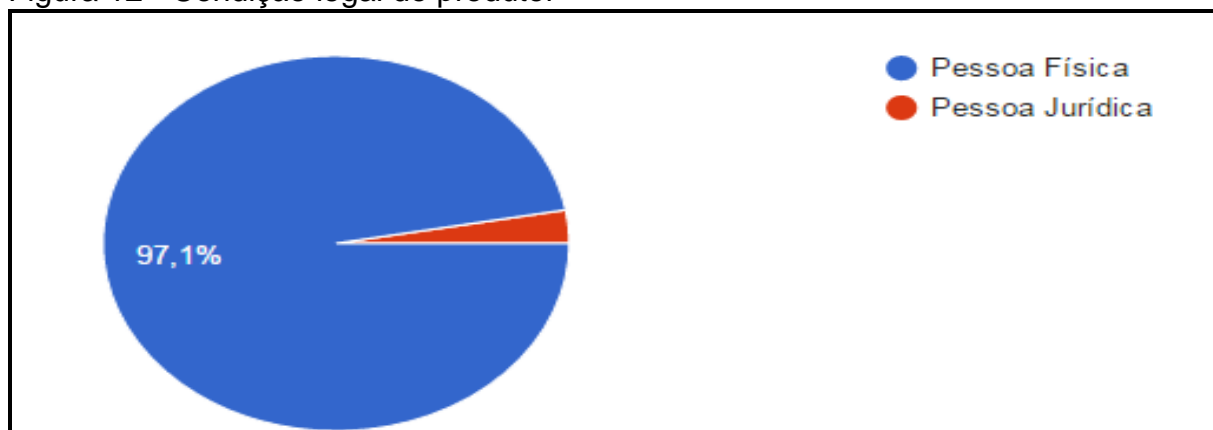
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Como é possível observar em gráfico na Figura 11, 88,6% dos entrevistados são considerados propriedades familiares, o que representa 31 dos 35 entrevistados, apenas 8,6% são considerados empresas rurais, o que equivale à 3 entrevistados e 1 é considerado um latifúndio.

4.3.3 Quanto à condição legal do produtor

Buscou-se identificar os agricultores que se definem como pessoas físicas e jurídicas, para que fosse possível analisar se a utilização da contabilidade rural e a disponibilidade de crédito sofrem influência sobre este quesito. A Figura 12 mostra o gráfico com a condição legal do produtor.

Figura 12 - Condição legal do produtor



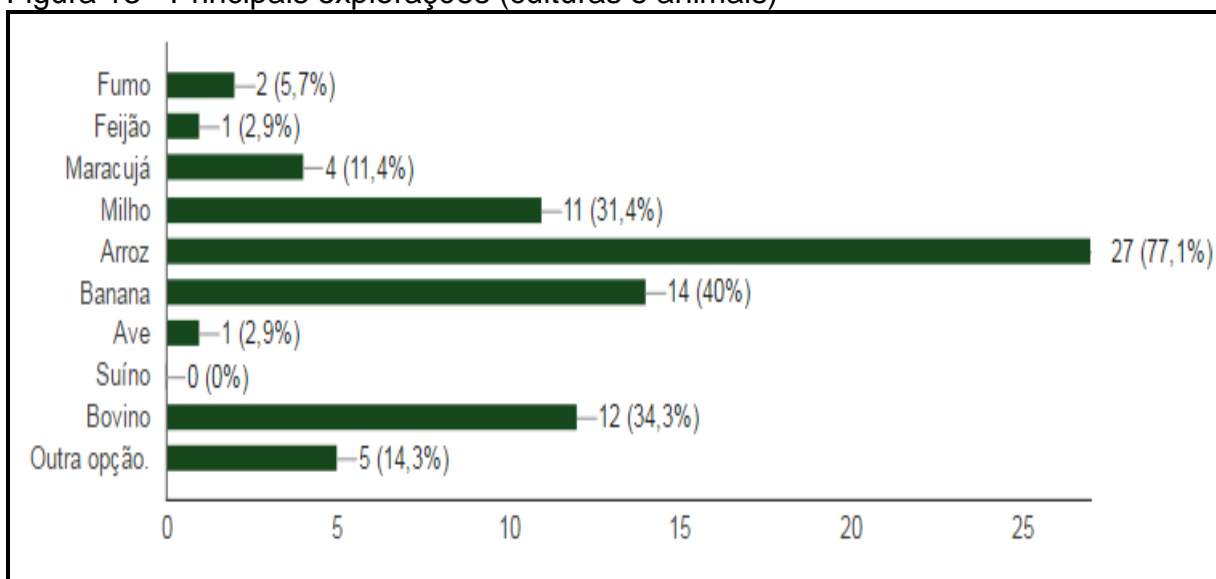
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

No gráfico apresentado na Figura 12, pôde-se constatar que, dos 35 entrevistados, 34 (97,1%) são considerados Pessoas Físicas, subentende-se que são agricultores que apenas produzem suas culturas e comercializam, posteriormente, nas Unidades de Beneficiamento (Engenhos e Cooperativas), e apenas 1 (2,9%) dos entrevistados é considerado como Pessoa Jurídica, ou seja, consiste em micro empresa ou empresa de pequeno porte que possui sua atividade legalmente com registro.

4.3.4 Quanto às principais explorações (Culturas e Animais)

A fim de conhecer quais as culturas mais exploradas no município de Jacinto Machado, esta questão trouxe algumas opções como (fumo, feijão, maracujá, milho, arroz, banana, aves, suínos, bovinos e outras) conforme gráfico apresentado na Figura 13.

Figura 13 - Principais explorações (culturas e animais)



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

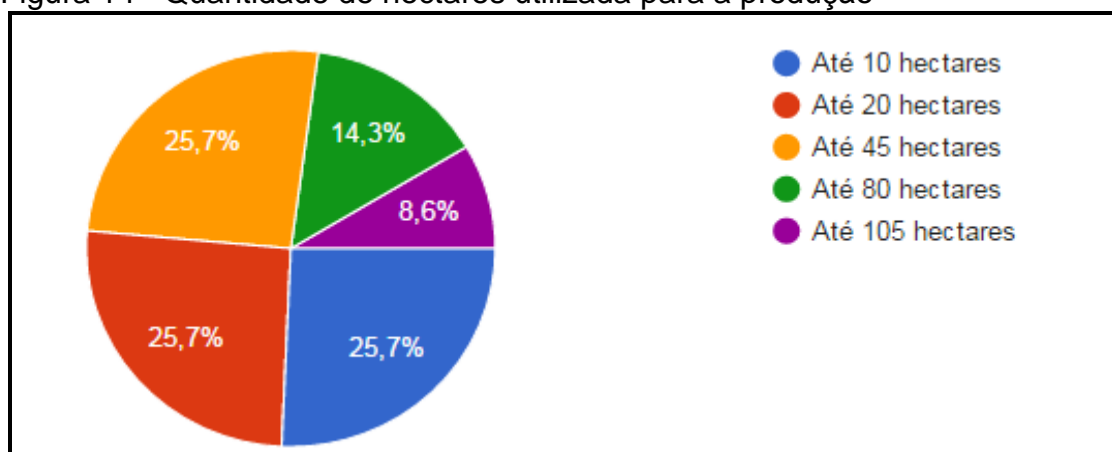
Observando o gráfico representado na Figura 13, é possível identificar que a cultura predominante entre os entrevistados é o Arroz. Sendo que 27 responderam que produzem arroz, totalizando 77,10%. Apenas 2 responderam que produzem fumo (5,7%), 1 produz também feijão (2,9%), 4 também utilizam da cultura de Maracujá (11,4%), 11 milho (31,4%), 14 responderam banana (40%). Sendo assim, foi possível identificar que a maioria não trabalha somente com uma cultura. Utilizam mais de uma cultura para manter sua propriedade. Sendo que, as culturas predominantes foram: Arroz e Banana. Na produção animal, 12 dos entrevistados responderam trabalhar com bovinos, e apenas 1 com aves.

Alguns dos entrevistados marcaram outra opção e comentaram trabalhar com laranja, pitaiá e verduras.

4.3.5 Quanto à quantidade de hectares produzida

De forma a identificar a quantidade de hectares cultivados pelos agricultores da região de Jacinto Machado/SC, buscou-se evidenciar, através dos dados coletados nos questionários, a quantidade de hectares cultivadas pelos entrevistados. Conforme gráfico representado na Figura 14.

Figura 14 - Quantidade de hectares utilizada para a produção



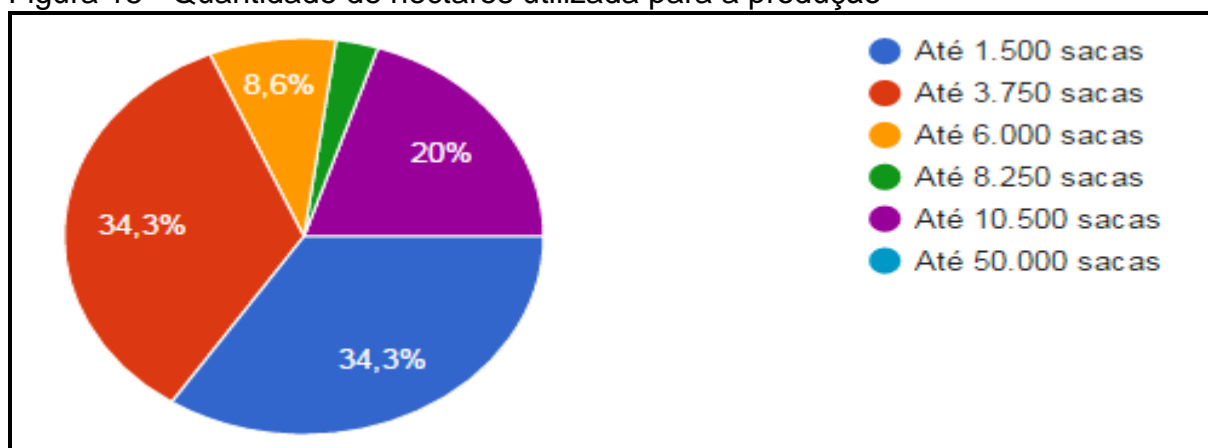
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Diante do gráfico representado na Figura 14, pôde-se perceber que, dos agricultores entrevistados, 9 plantam até 10 hectares, 9 até 20 hectares, 9 até 45 hectares, 5 até 80 hectares e 3 até 105 hectares. Sendo assim, verifica-se que, a maioria dos entrevistados cultiva áreas de 10 até 45 hectares, fator este que requer uma gestão do seu empreendimento de forma a trazer melhores resultados.

4.3.6 Quanto à quantidade de sacas de arroz

Procurou-se, através da pesquisa, verificar a quantidade de sacas de arroz produzidas, pois, pode-se observar através da questão das culturas que o arroz é a cultura predominante no município. Os dados pesquisados apontam uma proporção de 1.500 sacas até 50.000 sacas conforme figura 15.

Figura 15 - Quantidade de hectares utilizada para a produção



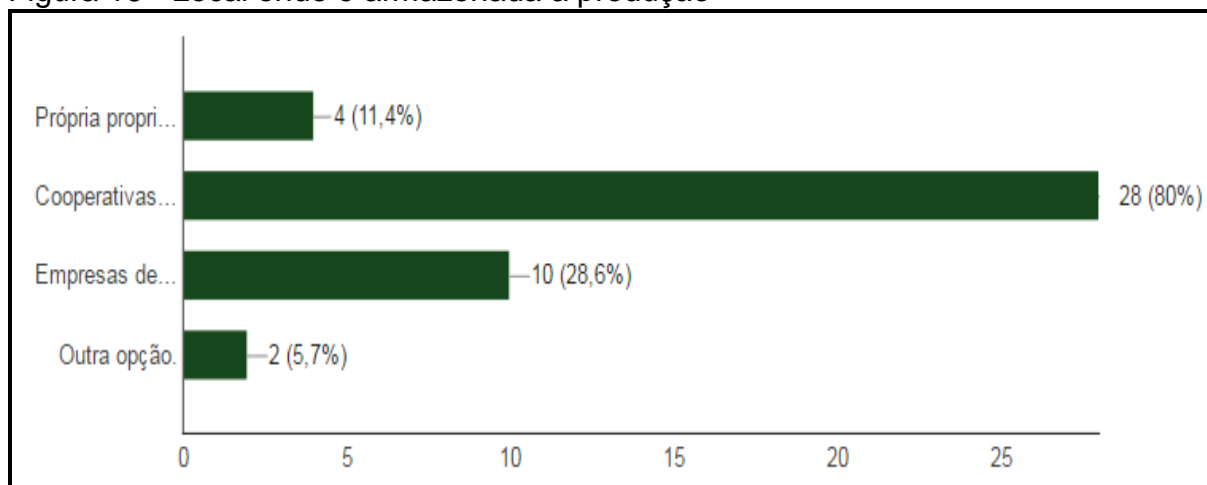
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

O gráfico representado na Figura 15 demonstra a quantidade de sacas de arroz produzidas pelos agricultores entrevistados, sendo que, conforme análise, 12 agricultores colhem até 1.500 sacas de grãos, e mais 12 colhem até 3.750 sacas. Também observa-se que 20% dos entrevistados, ou seja 7 pessoas responderam colher até 10.500 sacas de arroz. Um número bastante elevado na região.

4.3.7 Quanto ao armazenamento da produção

Questionou-se o local onde é armazenada a produção, e as opções eram: na própria propriedade, em cooperativas ou empresas (engenhos). Conforme figura 16.

Figura 16 - Local onde é armazenada a produção



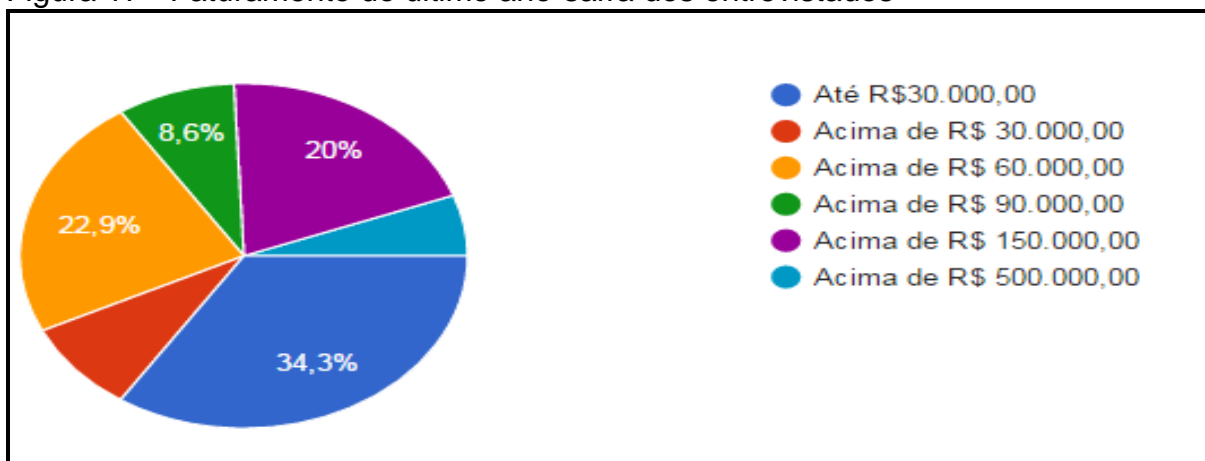
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

É possível identificar que 28 dos entrevistados, ou seja, 80%, armazenam a sua produção em cooperativas de beneficiamento, outros 10 (28,6%) armazenam em empresas (engenhos), 4 dizem armazenar na própria propriedade (silos) e 2 marcaram outra opção. Alguns dividem, e acabam armazenando um pouco em empresas e o restante na cooperativa.

4.3.8 Quanto ao faturamento do último ano-safra

A fim de identificar o faturamento dos produtores e quão importante é a contabilidade neste sentido de auxiliar, a figura 17 demonstra os dados no gráfico em uma escala de 30.000,00 até acima de 500.000,00.

Figura 17 - Faturamento do último ano-safra dos entrevistados



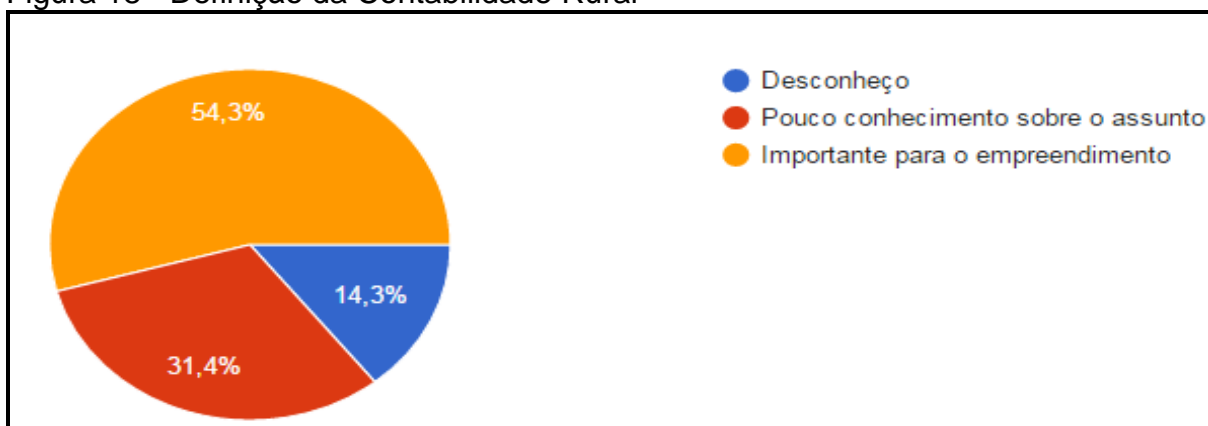
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A maioria dos entrevistados, ou seja, 12 agricultores responderam possuir faturamento de até R\$ 30.000,00 (34,3%). Acima de R\$ 60.000,00 foram 8 respostas, o que representa 22,9%. E acima de R\$ 150.000,00 foram 7 agricultores, que representa 20% dos entrevistados. Estes foram os maiores resultados obtidos nesta questão.

4.3.9 Quanto à definição da contabilidade rural

Através da pesquisa, objetivou-se saber se os empresários rurais conhecem a contabilidade rural, em relação à gestão do agronegócio. A figura 18 mostra os dados obtidos.

Figura 18 - Definição da Contabilidade Rural



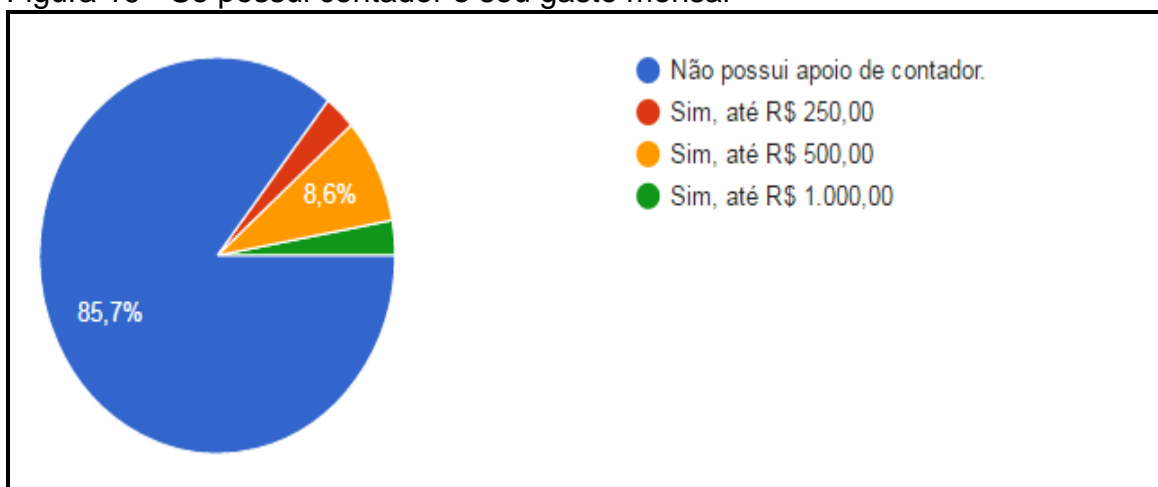
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Conforme o gráfico demonstrado na figura 18, apenas 5 (14,3%) dos agricultores desconhecem sobre a contabilidade rural, estes, define-se ser os agricultores que possuem uma área menor de plantio. Os 31,4% possuem pouco conhecimento, mas a maioria (54,3%), 19 agricultores, considera importante para o empreendimento a utilização da Contabilidade Rural.

4.3.10 Quanto à utilização dos serviços contábeis mensalmente

Essa questão visa identificar se os produtores possuem o apoio mensal de um contador, e qual o seu gasto mensal com este serviço. A figura 19 mostra os resultados obtidos.

Figura 19 - Se possui contador e seu gasto mensal



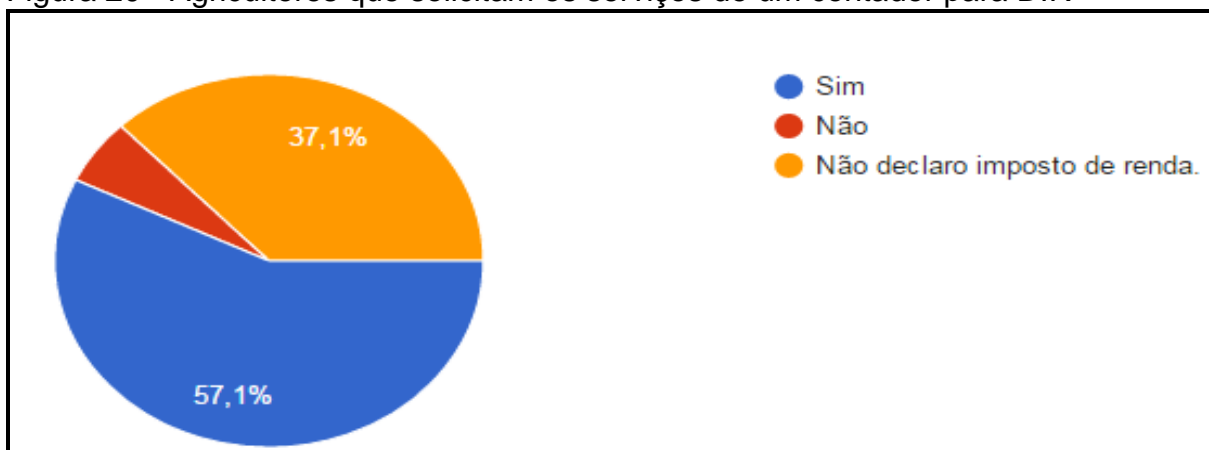
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

O gráfico apresentado na Figura 19 mostra que a grande maioria dos entrevistados (85,7%), ou seja, 30 agricultores, não possuem o apoio mensal de uma contabilidade. Somente 3 dos entrevistados possuem auxílio de um contador e 8,6% (3 deles) possuem gastos mensais de até R\$ 500,00.

4.3.11 Quanto ao auxílio do contador para elaboração da DIR

A fim de identificar se o papel do contador, para a elaboração da declaração de Imposto de Renda, está sendo efetuada, se fez esta questão. A Figura 20 aponta os resultados.

Figura 20 - Agricultores que solicitam os serviços de um contador para DIR



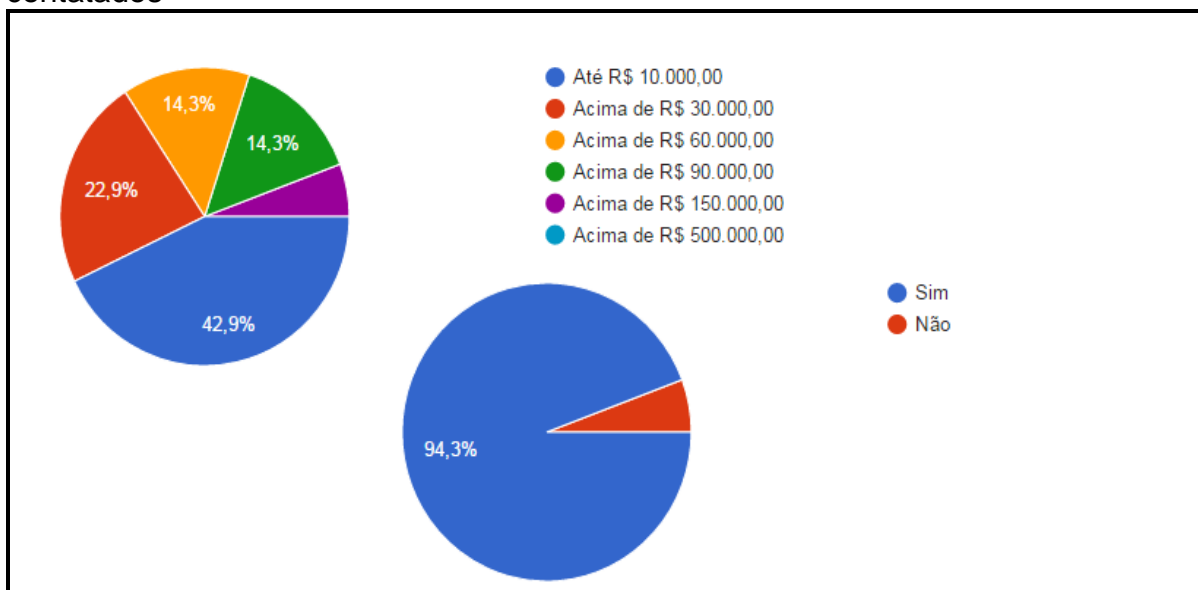
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

No gráfico representado na Figura 20 é possível identificar que 20 dos entrevistados, ou seja, 57,10% solicitam ajuda de um contador para elaborar a DIR. Já 13 (37,10) pessoas responderam não declarar IR. E outras 2 disseram declarar mas não solicitam ajuda do contador.

4.3.12 Quanto à utilização de financiamentos rurais

Para identificar se os produtores entrevistados possuem contratação de financiamentos rurais, e posteriormente chegar ao programa PRONAF, a questão cujo os resultados serão apresentados na Figura 21, foi inclusa na pesquisa.

Figura 21 - Agricultores que possuem financiamentos rurais e valores contatados



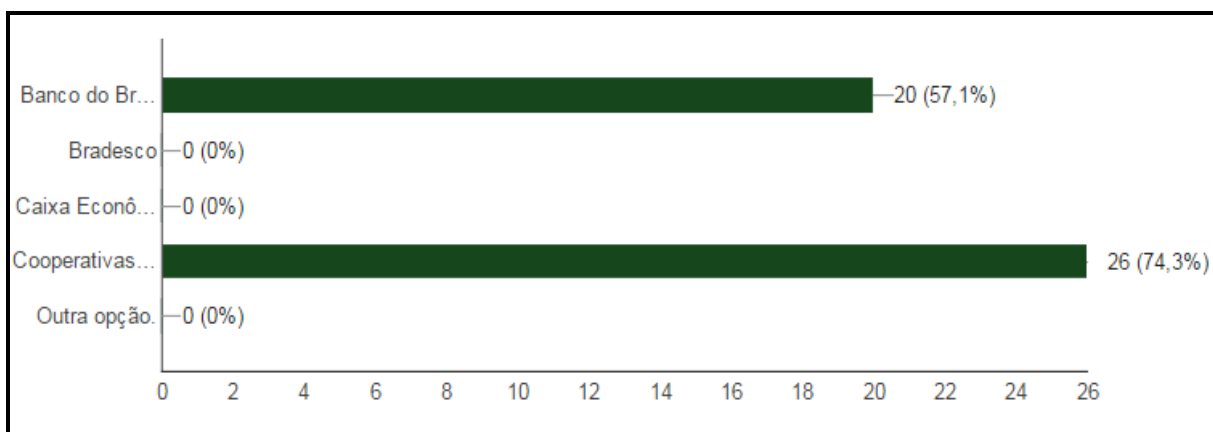
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Conforme demonstrado no gráfico representado na Figura 21, apenas 2 dos entrevistados responderam não utilizar de financiamentos rurais. Os outros 94,3% utilizam, e a grande maioria (15) utilizam até R\$ 10.000,00. Outras 8 pessoas responderam utilizar acima de R\$ 30.000,00. Houve 5 que utilizam acima de R\$ 60.000,00 e outros 5 acima de R\$ 90.000,00. Apenas 2 agricultores utilizam valores acima de R\$ 150.000,00.

4.3.13 Quanto às instituições com as quais trabalham

A fim de identificar as principais instituições, relativas a contratações financeiras, que os produtores vêm trabalhando no município, a pesquisa trouxe as seguintes opções: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Cooperativas de crédito, e outros. A Figura 22 mostra os resultados.

Figura 22 - Instituições financeiras com as quais trabalham



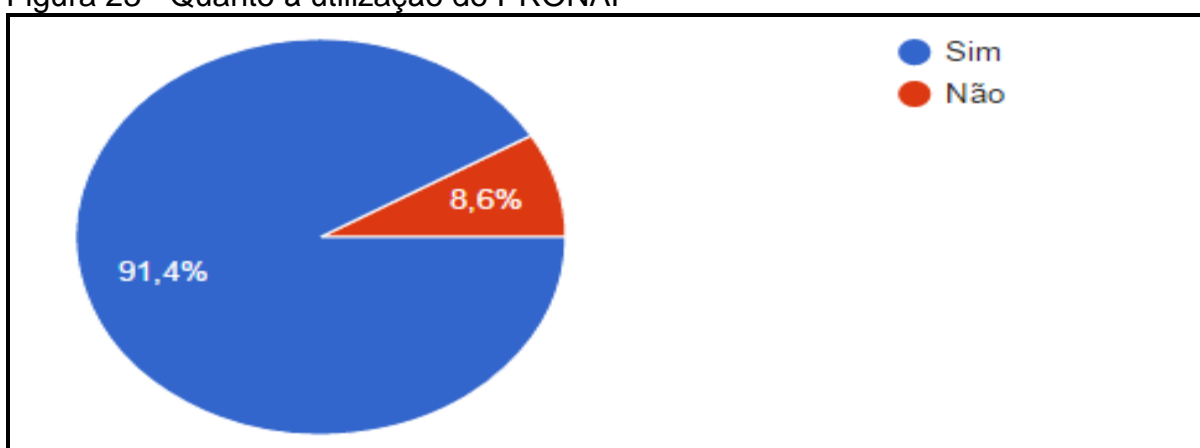
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Através do gráfico representado na Figura 22, é possível identificar que os produtores trabalham com apenas 2 instituições (Banco do Brasil e Cooperativas de Crédito). E, a maioria, 26 dos entrevistados (74,3%) preferem trabalhar com cooperativas. Alguns ainda preferem trabalhar com as duas.

4.3.14 Quanto à utilização do PRONAF

Esta questão tem o objetivo de identificar se os produtores entrevistados têm acesso ao PRONAF ou não, conforme demonstrado na figura 23.

Figura 23 - Quanto à utilização do PRONAF



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

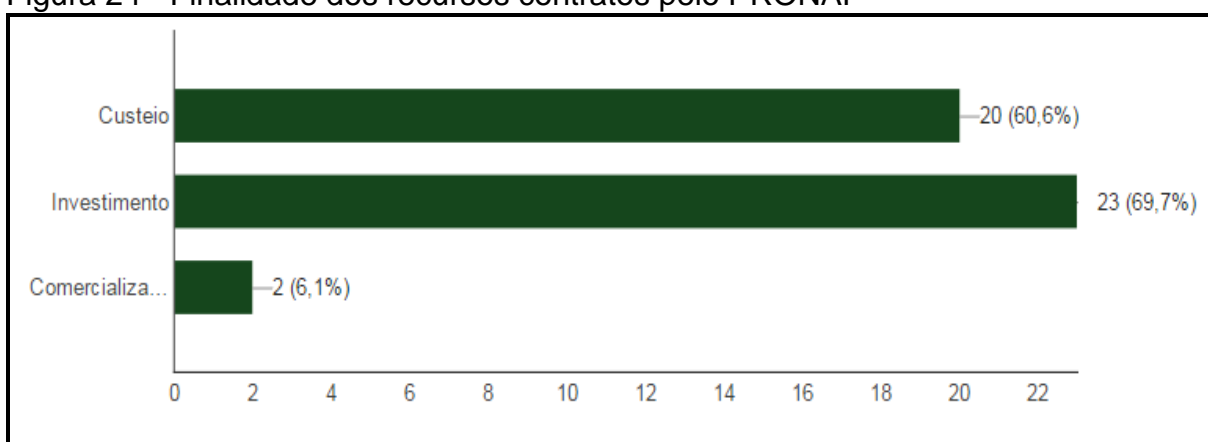
Sendo assim, é possível identificar, no gráfico representado na Figura 23, que 91,4% dos entrevistados, ou seja, 32 agricultores, utilizam das

linhas de crédito do PRONAF, e somente 8,6% dos entrevistados não utilizam, apenas 3 produtores.

4.3.15 Quanto à finalidade do PRONAF

Após identificar que a grande maioria é apta à utilização das linhas de crédito do PRONAF, é importante descobrir qual a finalidade e destinação dos valores. Os resultados dessa questão são apresentados na Figura 24.

Figura 24 - Finalidade dos recursos contratados pelo PRONAF

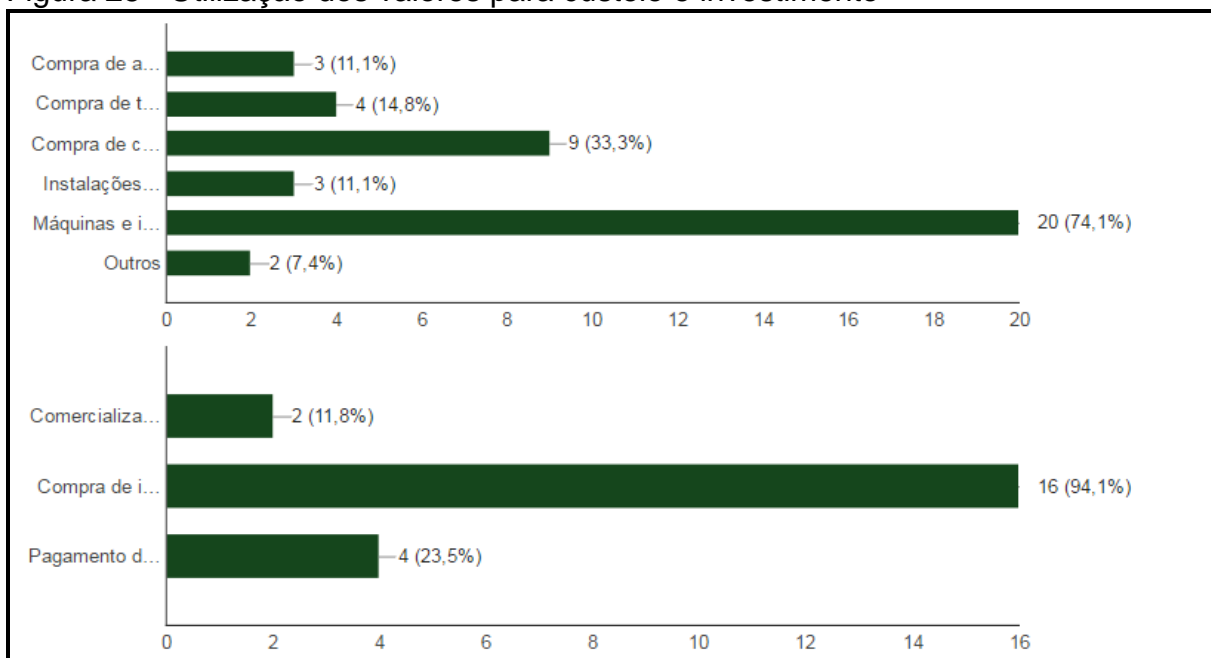


Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A finalidade mais utilizada é a de investimento, a qual 23 (69,7%) responderam prevalecer-se, para custeio, houve 20 respostas, ou seja, representando 60,6%. Apenas 2 pessoas responderam utilizar os créditos para comercialização. Pode-se observar que muitos utilizam até para mais de uma finalidade. Por exemplo: Utilizam para custeio e investimento. Sendo que é permitido desde que não ultrapasse o limite estipulado para o ano-safra.

A figura 25 apresenta os resultados relativos a finalidade dos investimentos e custeios.

Figura 25 - Utilização dos valores para custeio e investimento



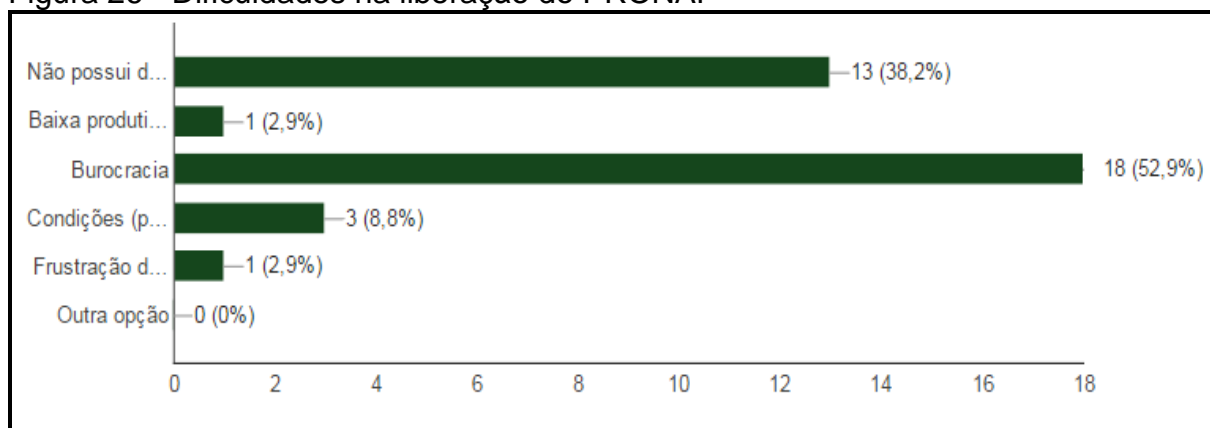
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

No gráfico apresentado na Figura 25 é possível observar que a maior finalidade de investimento é a utilização do dinheiro para compra de máquinas e implementos, a qual 20 dos entrevistados marcaram a opção. E, também, 9 agricultores utilizam para a compra de caminhonetes. Já na finalidade de custeio, o percentual maior foi de 94,10% para compra de insumos, que representou 16 agricultores.

4.3.16 Quanto as dificuldade na liberação do PRONAF

A fim de identificar possíveis falhas e contribuir com melhorias, o gráfico da Figura 26 demonstra algumas das dificuldades encontradas pelos produtores na liberação dos valores contratados pelas linhas do PRONAF.

Figura 26 - Dificuldades na liberação do PRONAF



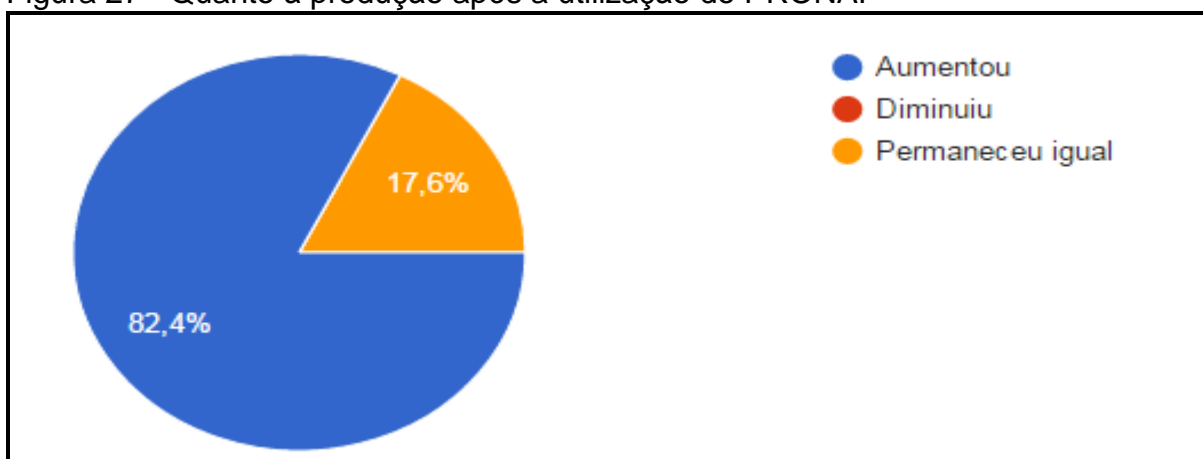
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Conforme apresentado, houve 18 agricultores que acreditam que a maior dificuldade encontrada é a burocracia no momento da contratação, ou seja, 52,9% dos entrevistados. Mas, 13 agricultores também informam não ter problemas com a liberação, o que representa 38,2% das respostas, um número bastante expressivo. Apenas 3 assinalaram na opção de condições (prazos, etc.). Por fim, 1 escolheu a opção de baixa produtividade e outro a frustração da safra.

4.3.17 Quanto à produção após a utilização do PRONAF

A pesquisa também foi realizada a fim de identificar se, após a utilização das linhas do PRONAF, a produção aumentou ou diminuiu, visando a sua real importância para os agricultores beneficiados. Os resultados são apresentados na Figura 27.

Figura 27 - Quanto à produção após a utilização do PRONAF



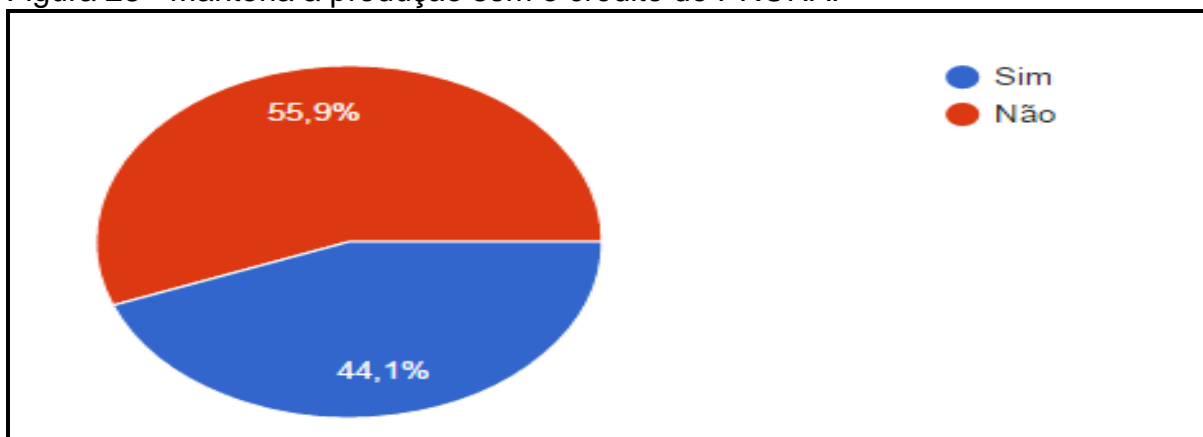
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Sendo assim, conforme apresentado no gráfico da Figura 27, a maioria respondeu que sua produção aumentou após o benefício das linhas do PRONAF, ou seja, 27 agricultores, o que percentualmente significa 82,4% dos entrevistados. Os outros 6 responderam que a produção permaneceu igual. E nenhum optou pela alternativa que dizia diminuir.

4.3.18 Quanto a manter a produção sem o PRONAF

A pesquisa também serviu para identificar se nos dias atuais, os beneficiários do PRONAF, conseguiriam manter a sua produção no mesmo ritmo caso não conseguissem a liberação do crédito, ou este deixasse de existir. A Figura 28 mostra os resultados.

Figura 28 - Manteria a produção sem o crédito do PRONAF



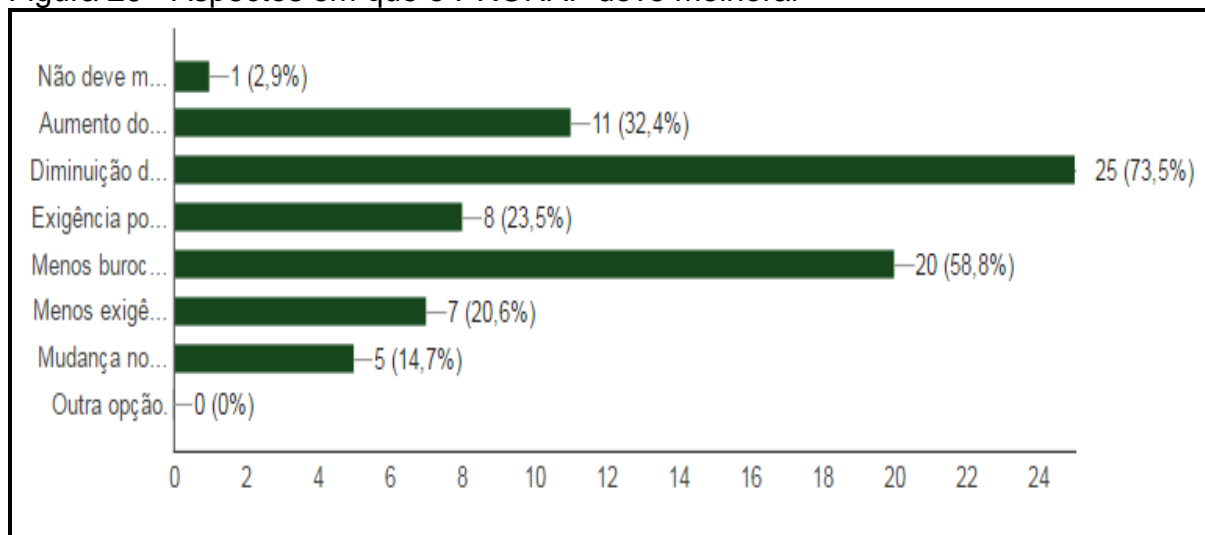
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Através do gráfico representado na Figura 28 se pode compreender que o PRONAF é, de fato, importante nos dias atuais. Sendo que, 19 dos agricultores entrevistados responderam não conseguir manter a produção sem os créditos do programa, o que representa 55,9% dos entrevistados. E outros 14, acham que conseguem manter a produção, ou seja, 44,1%.

4.3.19 Em quais aspectos o PRONAF deve melhorar

A pesquisa também procurou saber os aspectos em que o PRONAF deve melhorar segundo a visão dos entrevistados, para que se possam ser identificados os pontos fracos do programa no município e, assim, propor melhorias. A Figura 29 apresenta as respostas dos agricultores entrevistados, contendo as seguintes opções: não deve mudar; aumento do valor do crédito; diminuição dos juros; exigência do banco; menos burocracia; exigência de garantias; e mudança na forma de pagamento.

Figura 29 - Aspectos em que o PRONAF deve melhorar



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Apenas 1 dos entrevistados respondeu que não deve mudar em nada, sentindo-se satisfeito. Já 11 pessoas responderam que deve aumentar o valor do crédito disponibilizado, outros 25, ou seja, a grande maioria votou na opção de diminuição dos juros, o que significa 73,5% das respostas, 8 responderam que deve melhorar na exigência por parte dos bancos, 20 acham

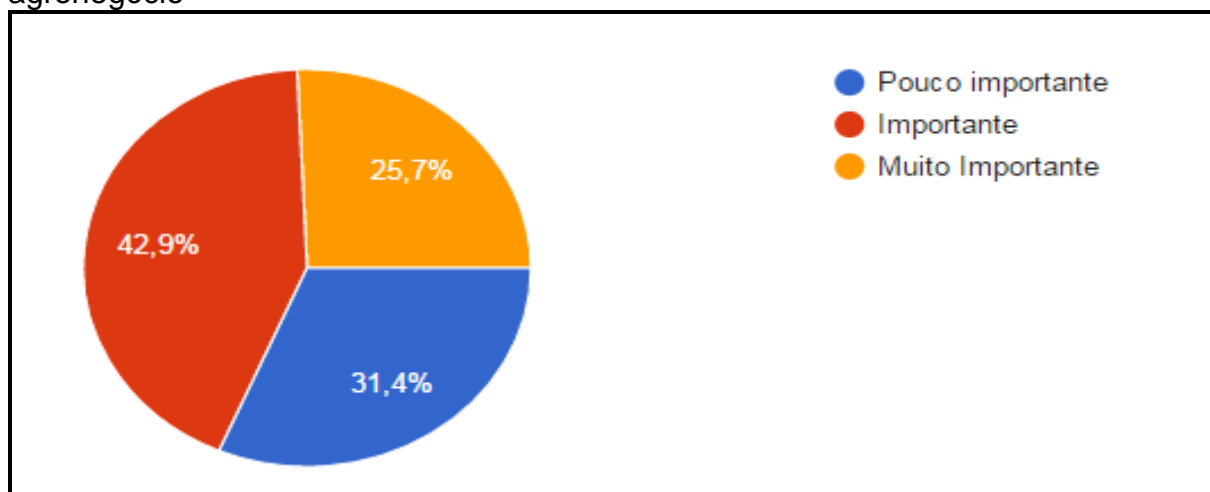
que o processo deve ser menos burocrático, 7 entendem que deve exigir menos garantias no momento da liberação, e 5 dos entrevistados acreditam que a mudança no prazo de pagamento deve mudar.

Sendo assim, foi possível identificar que as maiores reclamações são pela diminuição dos juros e da burocracia.

4.3.20 Quanto à importância da contabilidade na gestão do agronegócio

Diante do assunto do estudo, procurou-se obter, com os entrevistados, o seu ponto de vista, ao final da entrevista, sobre a importância da utilização da contabilidade rural na gestão do agronegócio. A Figura 30 aponta os resultados.

Figura 30 - Importância da utilização da Contabilidade Rural na gestão do agronegócio



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Verificou-se, através do gráfico representado na Figura 30, que 11 agricultores consideram a contabilidade rural pouco importante para a gestão do agronegócio, sendo estes agricultores são os que possuem abaixo de 20 hectares, obtendo uma produtividade baixa, nessas condições, consideram inviável manter uma contabilidade voltada para o agronegócio. Desta forma, 15 agricultores consideram-na importante. E, 9 agricultores a consideram muito importante e a utilizariam para suas tomadas de decisões, estes agricultores se

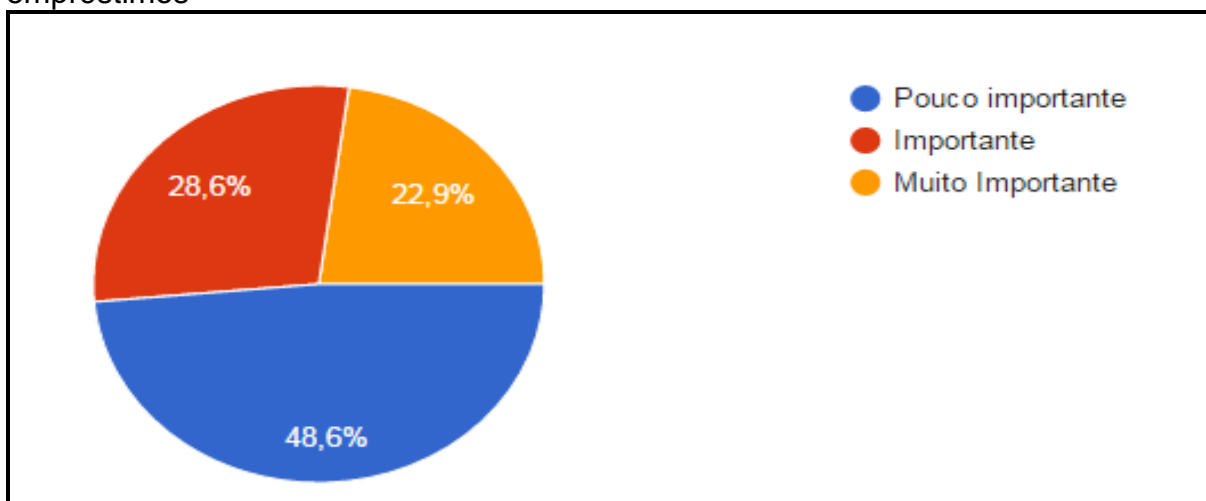
enquadram como pessoas jurídicas, necessitando assim de uma gestão qualificada.

Percentualmente, os valores significam que 31,4% a consideram pouco importante, 42,9% consideram importante e, 25,7% a consideram muito importante para o empreendimento.

4.3.21 Quanto à importância da contabilidade para auxiliar na contratação de empréstimos

Para finalizar, procurou-se evidenciar sob o ponto de vista dos entrevistados, qual a importância do papel do contador para a liberação de empréstimos rurais.

Figura 31 - Importância da contabilidade para auxiliar na contratação de empréstimos



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Observando o gráfico apresentado na figura 31, pôde-se visualizar que 17 dos entrevistados responderam que a contabilidade é pouco importante nesta questão, 10 acham que é importante e, 8 à consideram muito importante.

Sendo assim, 48,6% consideram pouco importante, 28,6% considera importante e, 22,9% a consideram muito importante.

Houve uma variação nesta questão, mas em conjunto, a grande maioria considera importante para a tomada de decisões, sendo necessário o apoio do contador também neste sentido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade configura-se como um instrumento fundamental para a gestão dos custos de produção, e no fornecimento de informações precisas e claras para a tomada de decisões. Sendo assim, este trabalho, de natureza descritiva e quantitativa, teve por objetivo analisar a utilização da contabilidade por parte dos produtores rurais, que procuram, em instituições financeiras, recursos para investimentos e custeio na propriedade.

O crédito rural dá resguardo econômico ao produtor agrícola, pois possibilita o investimento em insumos básicos da atividade, a incorporação de novas tecnologias na sua propriedade, e a regularização do seu fluxo de consumo pessoal frente à sazonalidade da produção, entre outros aspectos.

Concluiu-se, de acordo com os objetivos do presente trabalho e os dados coletados, que 85,7% dos produtores entrevistados, não possuem assessoria contábil ou utilizam a contabilidade de alguma outra forma. Isto se deve ao fato, de que a maioria das propriedades do município são classificadas como pequenas e, segundo os produtores entrevistados pessoalmente, a contratação de uma assessoria contábil se configuraria mais como um gasto sem retorno considerável, que uma ferramenta na tomada de decisão.

Sendo que, o objetivo geral do trabalho foi atendido através dos objetivos específicos, que foram: abordar alguns conceitos da agricultura e a importância da contabilidade neste meio, comentando a legislação pertinente ao crédito rural no Brasil e o PRONAF e suas linhas de crédito; e analisando juntamente com os agricultores de Jacinto Machado/SC o papel do contador a importância desta linha de crédito e suas satisfações.

Quanto ao PRONAF, concluiu-se a grande importância desta linha de crédito no município, tendo em vista, que a maioria dos agricultores são de pequeno porte e familiares, a maioria usufrui das linhas que, ficou claro, serem necessárias e muito importantes para manter a produção dos agricultores, bem como, para que eles possam preparar-se para novos investimentos na agricultura.

Acredita-se que o trabalho contribuiu para que os agricultores saibam da importância da utilização da contabilidade, bem como, o crédito

como ferramenta de auxílio nas operações de custeio, investimento e comercialização, em específico o PRONAF, que visa atender os pequenos agricultores familiares que são considerados a maioria no município estudado.

Diante disto, pode-se verificar que a pesquisa contribuiu para o conhecimento aprofundado sobre a caracterização do crédito rural no Brasil e suas políticas públicas aplicadas, sobre a importância da contabilidade rural para com os produtores e também para melhor entender a realidade dos agricultores contemplados pelo PRONAF.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BALESTRIN, Juliano. **A relevância do PRONAF na agricultura familiar: perspectiva e importância do programa desde a sua criação**. Porto Alegre: UFRS, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **MCR: manual de crédito rural**. 2015. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em: 06 e 16 set. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução nº 3.137**, de 31 de outubro de 2003. 2003. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46528/Res_3137_v1_O.pdf>. Acesso em: 27 abr.2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução nº 4.106**, de 28 de junho de 2012. 2012a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49147/Res_4106_v1_O.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução nº 4.107**, de 28 de junho de 2012. 2012b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/normativ/RESOLUCAO4107.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução nº 4.276**, de 31 de outubro de 2013. 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48854/Res_4276_v1_O.pdf>. Acesso em: 28 e 30 abr. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução nº 4.342**, de 20 de junho de 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/normativ/RESOLUCAO4342.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução nº 4.412**, de 02 de junho de 2015. 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48541/Res_4412_v1_O.pdf>. Acesso em: 06 set. 2015.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 17 abr. 2016.

BRASIL. **LEI nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm> Acesso em: 17 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.829**, de 05 de janeiro de 1965. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L4829.htm>. Acesso em: 16 abr. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm#art4§3b> Acesso em 10 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.171**, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre política agrícola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm#art4§3b> Acesso em: 10 nov. 2015.

BURANELLO, Renato. Novos títulos de crédito rural são opção para maximizar recursos. Espaço Jurídico BOVESPA. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br. Acesso em: 04 mar. 2016

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DELGADO, N. G. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 07 jun. 2016.

MARION, José Carlos, **Contabilidade rural**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Agronegócio brasileiro: uma oportunidade de investimentos.** 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Safra da agricultura familiar 2016/2017 tem investimento recorde.** 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/plano-safra-da-agricultura-familiar-20162017-tem-investimento-recorde#sthash.TUeUc1zb.dpuf>> Acesso em: 25 de mai. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015.** Avanços e desafios. 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_A_NOS_VALTER_BIANCHINI.pdf> Acesso em: 30 abr. 2016.

OLIVEIRA, Neuza Corte de. **Contabilidade do agronegócio: teoria e prática.** Curitiba: Juruá, 2008.

OLIVEIRA, Neuza Corte de. **Contabilidade do agronegócio: teoria e prática.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** 3.ed Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 139 p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Alexandra de. **O uso da contabilidade rural para gerenciamento das empresas rurais.** 2010. Monografia (Graduação) – AJES, Juína.

NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo M. **Agronegócio do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2006. 152 p.

TEODORO, Paulo Alberto Vilas Boas; et al. **Agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável.** 2005. Disponível em: <<http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2016.

THOMAS, Jorge André et al. **A contabilidade nas empresas rurais para a obtenção de crédito nas instituições financeiras.** Paraná: UNIOESTE, 2009.

VILHENA, Naiara Larissa Jordão; ANTUNES, Maria Auxiliadora. **A importância da contabilidade rural para o produtor rural.** 2010. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos> Acesso em: 11 de mar. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário ao Produtor Rural – Jacinto Machado 2016

1 - Quanto à posse e uso da terra, é:

- Proprietário Arrendatário

2 - Classificação segundo o INCRA:

- Empresa Rural Latifúndio Minifúndio Propriedade Familiar

3 - Qual é a condição legal do produtor?

- Pessoa Física Pessoa Jurídica

4 - Principais explorações de culturas e animais:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Fumo | |
| <input type="checkbox"/> Feijão | |
| <input type="checkbox"/> Milho | <input type="checkbox"/> Ave |
| <input type="checkbox"/> Arroz | <input type="checkbox"/> Suíno |
| <input type="checkbox"/> Banana | <input type="checkbox"/> Bovino |
| <input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____ | <input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____ |

5 – Qual a quantidade de hectares utilizada para a produção?

- | | |
|------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> até 10 há | <input type="checkbox"/> até 80 ha |
| <input type="checkbox"/> até 20 ha | <input type="checkbox"/> até 105 ha |
| <input type="checkbox"/> até 45 ha | <input type="checkbox"/> acima de 500 ha |

6 – Qual a quantidade de sacas de arroz (de 50 kg) produzidas (total) na última safra?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> até 1.500 sacas | <input type="checkbox"/> até 8.250 sacas |
| <input type="checkbox"/> até 3.750 sacas | <input type="checkbox"/> até 10.500 sacas |
| <input type="checkbox"/> até 6.000 sacas | <input type="checkbox"/> acima de 50.000 sacas |

7 - Qual local armazena a sua produção?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Própria propriedade | <input type="checkbox"/> Empresas de beneficiamento |
| <input type="checkbox"/> Cooperativas de beneficiamento | <input type="checkbox"/> Outras. Quais? _____ |

8 – Qual seu faturamento médio BRUTO, da última safra?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Até R\$30.000,00 | <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 90.000,00 |
| <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 30.000,00 | <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 150.000,00 |
| <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 60.000,00 | <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 500.000,00 |

9 – Como define a Contabilidade Rural?

- Desconheço
 Pouco conhecimento sobre o assunto
 Importante para o empreendimento

10 - A propriedade tem algum apoio mensal de um contador? Se sim, qual o gasto mensal?

- não possui apoio de contador.
 sim, até R\$ 250,00

- sim, até R\$ 500,00
- sim, até R\$ 1.000,00
- sim, acima de R\$ 3.000,00

11 – Para elaboração da declaração do imposto de renda, você utiliza dos serviços de um contador?

- sim
- não
- não declaro imposto de renda.

12 - A sua propriedade possui funcionários registrados?

- não possui.
- sim, até 2 funcionários.
- sim, até 5 funcionários.
- sim, até 10 funcionários.
- sim, acima de 15 funcionários.

13 - Utiliza financiamentos rurais?

- sim
- não

14 - Quais as principais instituições financeiras em que trabalha?

- Banco do Brasil
- Bradesco
- Caixa Econômica Federal
- Cooperativas de Crédito
- Outra. Qual? _____

15 - Qual o volume em média do último ano de recursos contratados de financiamento rural?

- até R\$ 10.000,00
- Acima de R\$ 30.000,00
- Acima de R\$ 60.000,00
- Acima de R\$ 90.000,00
- Acima de R\$ 150.000,00
- Acima de R\$ 500.000,00

16 - Você utiliza das linhas de crédito do programa Pronaf?

- sim não

17 - Para qual finalidade você utiliza o crédito do pronaf?

- Custeio Investimento Comercialização

18 - Apenas para quem marcou INVESTIMENTO no tipo de utilização: Destino do crédito investimento (Pronaf): (pode-se marcar mais de uma alternativa)

- Compra de animais
- Compra de terras
- Compra de caminhonetes
- Instalações e benfeitorias
- Máquinas, e implementos
- Outros. Qual? _____

19 - Apenas para quem marcou CUSTEIO no tipo de utilização

Destino do crédito custeio: (pode-se marcar mais de uma alternativa)

- Comercialização
- Compra de insumos
- Pagamento de serviços

20 – Qual a maior dificuldade em conseguir a liberação do empréstimo obtido pelo pronaf?

- Não possui dificuldade
- Baixa produtividade
- Burocracia
- Condições (prazos, juros, etc.)
- Frustração da safra
- Outra. Qual? _____

21 - Depois de ter começado a receber financiamento do Pronaf, sua produção:

- Aumentou Diminuiu Permaneceu igual

22 - Em que aspecto o(a) senhor(a) acha que o Pronaf deve mudar?

(pode-se marcar mais de uma alternativa)

- Não deve mudar
- Aumento do valor do crédito
- Diminuição dos juros
- Exigência por parte do banco
- Menos burocracia
- Menos exigência de garantias
- Mudança no prazo para pagamento
- Outro. Qual? _____

23 - Nos dias atuais, você conseguiria manter suas atividades sem os créditos do Pronaf?

- Sim Não

24 – E sobre seu ponto de vista final, acha importante a utilização da Contabilidade Rural na gestão do agronegócio?

- Pouco importante Importante Muito importante

25 - Você acha importante o papel do contador no processo de auxiliar o produtor rural para conseguir empréstimos?

- Pouco importante Importante Muito importante